

Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ISSN 1983-7364 ano 3 2009



sumário

- 4** Ficha técnica
6 Introdução

Parte 1 Segurança pública e instituições policiais em números

- 10** Estatísticas criminais
20 Gastos com políticas de segurança pública
34 Sistema prisional e sistemas de medidas sócioeducativas
42 Instituições policiais

Parte 2 Memória

- 48** Avanços e Desafios na Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC)

Parte 3 Vulnerabilidade juvenil à violência

- 54** Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência - IVJ - Violência

ficha técnica

Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Rua Teodoro Sampaio, 1020 · cj. 1409
Pinheiros · São Paulo · SP
CEP 05406-050
tel/fax [11] 3081 0925
www.forumseguranca.org.br

Copyright

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ISSN

1983-7634

Tiragem

400 exemplares

Conselho de Administração

Elizabeth Leeds (Presidente de Honra)
Humberto Viana (Presidente do Conselho)
Deniz Mizne
Jacqueline Muniz
José Luiz Ratton
José Marcelo Zacchi
José Vicente Tavares dos Santos
Kátia Alves
Luciene Magalhães de Albuquerque
Luís Flávio Saporí
Renato Vieira de Souza
Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto
Sérgio Roberto de Abreu
Silvia Ramos
Wilson Batista

Secretaria Geral

Renato Sérgio de Lima

**Grupo de Coordenação
do Anuário FBSP 2009**

Renato Sérgio de Lima
José Luiz Ratton Jr.
Adriana Taets
Ignácio Cano
Jésus Trindade Barreto Júnior
Túlio Kahn
Vasco Furtado

Apoio Técnico

Cimar Alejandro Prieto Aparício
Lílian Liye Konishi
Rafael Rodrigues de Sousa

Estagiárias

Samira Bueno
Thandara Santos

Apoio Administrativo

Amanda Gouvêa
Ana Maura Tomesani
Dilma Nazário

Texto

Marcelo Ottoni Durante

Agradecimentos institucionais

Ministério da Justiça – PRONASCI
Departamento de Polícia Federal – DPF/MJ
Secretaria Nacional de Segurança Pública –
SENASA/PMJ
Colégio Nacional de Secretários Estaduais de
Segurança Pública e Defesa Social

Copidesque e revisão

Vânia Regina Fontanesi

Edição de arte

URBANIA

CTP, impressão e acabamento

Imprensa Oficial do Estado

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário.

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

apoio



FORD FOUNDATION

Fundação Open Society Institute



Transparência e gestão política da segurança pública

Num ano de ebulação da segurança pública no Brasil, com cortes no orçamento federal da área, crescimento da violência, operações da Polícia Federal questionadas e greves nas polícias de vários estados, a realização, em agosto deste ano, da 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública – Conseg torna-se uma oportunidade única para o país enfrentar seus fantasmas e debater abertamente sobre quais modelos de segurança pública são compatíveis com desenvolvimento, garantia de direitos e enfrentamento eficiente do medo e da violência.

Abordar o tema segurança pública significa discutir a qualidade da nossa democracia e a forma de gestão das instituições policiais e de justiça. E, recuperando Norberto Bobbio, isso só será satisfatoriamente atingido quando ocorrer a real incorporação dos dois requisitos essenciais de uma democracia na gestão das organizações da área, a saber: transparência e controle público do poder. Os números deixam de ser inimigos e passam a para a posição de aliados na busca de soluções. Em resposta aos questionamentos sobre a qualidade dos dados existentes, lembramos a máxima que circula entre os profissionais de instituições de estatística: o melhor dado é o dado público, sujeito a críticas e aperfeiçoamentos.

É nesse espírito que chegamos ao terceiro volume do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mais uma vez busca compilar dados já existentes, que se encontravam dispersos em diferentes fontes e órgãos da administração pública. À semelhança da edição de 2008, dispomos de informações sobre ocorrências criminais, despesas na Função Segurança Pública e sistema penitenciário. A novidade desse ano é que, na sua versão impressa, o Anuário traz dados do projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: estratégias de atuação, fruto de termo de parceria entre o Ministério da Justiça, por meio do Pronasci e da Senasp, e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esse projeto visou traçar o perfil de jovens de 12 a 29 anos e medir a exposição à violência como um dos fatores essenciais para se discutir segurança pública no Brasil.

Também repetimos a metodologia adotada em 2008 de agregar as Unidades da Federação segundo qualidade estimada dos sistemas de informações criminais locais, porém separando-as, nesse ano, em apenas dois grupos. O primeiro reúne os estados com dados considerados mais robustos e, por isso mesmo, mais próximos de relatarem os fenômenos do crime, da violência e da segurança pública. Já o segundo grupo engloba estados que ainda não possuem bons sistemas de informação, em termos de abrangência territorial e qualidade da informação, mas que, em sua maioria, estão investindo esforços e recursos para melhorá-los. Um exemplo é o Estado do Amazonas, que já construiu um sistema moderno em sua capital, Manaus, e está ampliando a cobertura desse novo recurso para o conjunto de seus municípios.

O critério de classificação das Unidades da Federação como pertencentes ao primeiro ou ao segundo grupo foi o de correlacionar suas estatísticas criminais com aquelas do Datasus, do Ministério da Saúde, e ainda testar a qualidade dessas últimas com base no número de óbitos maldeclarados informados para cada estado pelo Ministério da Saúde (a metodologia completa está na edição 2 do Anuário, de 2008).

Todo esse esforço de compilação e síntese faz-se necessário diante do recente processo de valorização de ferramentas de gestão, cujos mecanismos de monitoramento são exemplos típicos. Gestão e eficiência são temas da agenda atual das políticas de segurança e, a partir deles, várias questões específicas da área começam a ser repensadas. Por esse processo passaram as áreas de finanças públicas, saúde e educação, que possuem sistemas de informação estruturados há mais tempo, utilizados para diagnósticos, fixação de parâmetros e metas de atuação e controle.

E por ele passam os sistemas na área de segurança pública. Sem indicadores de desempenho, sistemas de informação e pesquisas regulares de vitimização (a primeira pesquisa nacional de vitimização deve ser iniciada em setembro, após mais de dez anos de tramitação), o quadro de insegurança hoje existente continuará a ser terreno fértil para ações espontâneas – sejam estas executadas com boas ou más intenções – sem nenhuma garantia de sucesso ou eficácia.

Cabe-nos explicitar que gestão sem política é tecnocracia e política sem transparência coloca em risco o Estado Democrático de Direito

Como exemplo das dificuldades aqui destacadas, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), conta, desde 2004, com o Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública, que, formalmente, subsidia a alocação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), sendo referência para várias Unidades da Federação. O Ministério tem feito esforços para melhorar a qualidade dos registros do sistema e para o aperfeiçoamento da coleta das estatísticas, principalmente no tocante ao conteúdo das categorias trabalhadas e à necessidade de contemplar os estados na validação de tais dados.

Todavia, isso não é suficiente para evitar críticas sobre a fragilidade dos dados, sendo que a própria existência de um sistema nacional precisa ser reforçada e defendida. Entidades como o Colégio de Secretários Estaduais de Segurança Pública, ou o próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por meio da publicação de seu Anuário, têm destacado a centralidade que as informações disponibilizadas possuem no debate público do tema.

Dessa forma, o investimento na qualidade e publicidade dos registros torna-se imprescindível tanto técnica como politicamente, uma vez que os dados precisam ser compatibilizados em todas as regiões e estados. Para tanto, é necessário definir o que se deve contar

e como fazer isso em cada categoria (total de mortes ou homicídios ou homicídios e mortes em confronto com a polícia, entre outras). Do contrário, disputas políticas acabam por debilitar a capacidade de gestão do MJ.

O desafio é eminentemente de gestão política do conhecimento, na qual a técnica é apenas uma das variáveis e não pode ser utilizada como pretexto para a não divulgação do mapa da criminalidade no país. O sistema precisa ser assumido como um projeto político não só do governo federal e deve ser legitimado. Enquanto ele for visto como tabu e inimigo das polícias, sempre existirão ressalvas metodológicas que o desmereça.

A realização de pesquisas de vitimização fortalece a dimensão de dados compatíveis, mas não diminui a importância dos registros policiais. Como em vários países com polícias mais eficientes do que o Brasil, estatísticas policiais e pesquisas de vitimização são insumos básicos de ações, ainda mais quando trabalhadas de forma complementar.

Por trás dessa discussão aparentemente pontual, encontra-se uma das mais duras batalhas em torno do de como prevenir e enfrentar a violência. E, por isso, cabe-nos

explicitar que gestão sem política é tecnocracia e política sem transparência coloca em risco o Estado Democrático de Direito.

Assim, conquistar legitimidade para os dados da Senasp exige vontade política compartilhada e será a senha para a efetiva transformação da segurança pública, pela qual valorização profissional e respeito aos direitos humanos passam a ser eixos prioritários de atuação e podem contar com mecanismos de monitoramento e avaliação adequados técnica e politicamente, tal como preconiza o texto base da Conseg. Entretanto, sem transparência e sem a possibilidade do controle, os caminhos e soluções propostas têm grande chance de se perderem nos escaninhos do poder.

Diante de tudo isso, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública reitera seu compromisso com a transparência e agradece a todos que colaboraram com a produção de mais essa edição do Anuário, com destaque para as organizações policiais, as secretarias de defesa social e/ou segurança pública, o Ministério da Justiça, o Open Society Institute e a Fundação Ford. Um agradecimento especial à Fundação Tinker, que nos apoiou especificamente com o financiamento desse projeto e, sobretudo, sempre incentivou sua existência e manutenção.

parte 1

segurança pública e instituições policiais em números

estatísticas criminais

TABELA 01 · Crimes letais intencionais, por tipo

Unidades da Federação – 2007-2008

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Homicídio doloso					Latrocínio						
		Ns. absolutos		Taxas ⁽²⁾			Ns. absolutos		Taxas ⁽²⁾				
		2007	2008	2007	2008	Crescimento (%)	2007	2008	2007	2008	Crescimento (%)		
Grupo 1	Distrito Federal	567	654	23,3	25,6	9,8	49	60	2,0	2,3	16,6		
	Espírito Santo ⁽³⁾	1.903 ⁽⁴⁾	1.958 ⁽⁴⁾	54,1 ⁽⁴⁾	56,7 ⁽⁴⁾	4,9 ⁽⁴⁾	10	24	0,3	0,7	144,6		
	Goiás	1.268	1.407	21,7	24,1	10,9	57	55	1,0	0,9	-3,6		
	Mato Grosso	844	746	29,0	25,2	-13,0	43	56	1,5	1,9	28,1		
	Mato Grosso do Sul	571 ⁽⁴⁾	459 ⁽⁴⁾	24,5 ⁽⁴⁾	19,6 ⁽⁴⁾	-19,8 ⁽⁴⁾	22	22	0,9	0,9	-0,2		
	Minas Gerais	2.812	2.194	14,3	11,1	-22,5	82	65	0,4	0,3	-21,3		
	Paraná	...	2.831	...	26,7		
	Pernambuco	4.285 ⁽⁴⁾	4.235 ⁽⁴⁾	49,9 ⁽⁴⁾	48,5 ⁽⁴⁾	-2,8 ⁽⁴⁾	109	127	1,3	1,5	14,6		
	Rio de Janeiro	5.504	5.235	35,0	33,0	-5,7	163	185	1,0	1,2	12,5		
	Rio Grande do Sul	1.557	1.646	14,1	15,2	7,9	...	82	...	0,8	...		
	Santa Catarina	607	685	10,0	11,3	12,8	29	39	0,5	0,6	34,4		
	São Paulo	4.877	4.426	11,7	10,8	-7,8	218	267	0,5	0,7	24,4		
Grupo 2	Acre	168	...	23,9	1	...	0,1		
	Alagoas	1.806	2.070	58,5	66,2	13,1	26	38	0,8	1,2	44,2		
	Amapá	117	117	18,4	19,1	3,8	5	17	0,8	2,8	253,0		
	Amazonas	536 ⁽⁴⁾	691 ⁽⁴⁾	15,8 ⁽⁴⁾	20,7 ⁽⁴⁾	30,8 ⁽⁴⁾	24	26	0,7	0,8	9,9		
	Bahia	3.497	4.143	24,8	28,6	15,1	122	110	0,9	0,8	-12,4		
	Ceará	1.847	1.903	22,2	22,5	1,6	126	91	1,5	1,1	-28,8		
	Maranhão	974	988	15,5	15,7	0,8	82	64	1,3	1,0	-22,5		
	Pará	2.251 ⁽⁴⁾	2.916 ⁽⁴⁾	31,1 ⁽⁴⁾	39,8 ⁽⁴⁾	28,3 ⁽⁴⁾	242	206	3,3	2,8	-15,7		
	Paraíba	612 ⁽⁴⁾	844 ⁽⁴⁾	16,8 ⁽³⁾	22,6 ⁽⁴⁾	34,5 ⁽⁴⁾	32	38	0,9	1,0	15,8		
	Piauí	290	303	9,5	9,7	2,7	2	3	0,1	0,1	47,4		
	Rio Grande do Norte	697	510	22,6	16,4	-27,4	39	21	1,3	0,7	-46,5		
	Rondônia	364	437	22,9	29,3	27,8	22	18	1,4	1,2	-12,9		
	Roraima	48 ⁽⁴⁾	46 ⁽⁴⁾	11,6 ⁽⁴⁾	11,1 ⁽⁴⁾	-3,6 ⁽⁴⁾	1	1	0,2	0,2	0,6		
	Sergipe	511	516	25,1	25,8	2,7	12	15	0,6	0,8	27,1		
	Tocantins	203	219	14,9	17,1	14,5	12	7	0,9	0,5	-38,1		

Continua

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Secretarias Estaduais de Segurança Pública;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(2) Por 100 mil habitantes.

(3) Os dados referentes ao ano de 2007 foram retificados pelo Estado. Fonte: GEAC/SESP.

(4) Inclui os dados de Auto de Resistência e policiais mortos em serviço.

(...) Informação não disponível.

**Grupos de
Estados segundo
qualidade dos
dados⁽¹⁾**

Unidades da Federação	Lesão corporal seguida de morte				
	Ns. absolutos		Taxas ⁽²⁾		
	2007	2008	2007	2008	Crescimento (%)

Grupo 1

Distrito Federal	9	10	0,4	0,4	5,8
Espírito Santo ⁽³⁾
Goiás	23	13	0,4	0,2	-43,5
Mato Grosso	32	38	1,1	1,3	16,8
Mato Grosso do Sul	7	17	0,3	0,7	142,4
Minas Gerais
Paraná
Pernambuco	1	12	-	0,1	...
Rio de Janeiro	40	44	0,3	0,3	9,1
Rio Grande do Sul	98	88	0,9	0,8	-8,3
Santa Catarina	50	72	0,8	1,2	43,9
São Paulo

Grupo 2

Acre	3	...	0,4
Alagoas	13	20	0,4	0,6	51,8
Amapá	11	10	1,7	1,6	-5,6
Amazonas	8	8	0,2	0,2	1,4
Bahia	89	97	0,6	0,7	5,8
Ceará	66	73	0,8	0,9	9,1
Maranhão	92	32	1,5	0,5	-65,4
Pará	25	48	0,3	0,7	90,1
Paraíba	9	11	0,2	0,3	19,2
Piauí	6	3	0,2	0,1	-50,9
Rio Grande do Norte	81	63	2,6	2,0	-22,8
Rondônia	12	10	0,8	0,7	-11,3
Roraima	3	2	0,7	0,5	-32,9
Sergipe	1	8	-	0,4	...
Tocantins	3	10	0,2	0,8	253,7

Conclusão

TABELA 02 · Ocorrências fatais, por tipo
Unidades da Federação – 2007-2008

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Homicídio Doloso		Latrocínio		Lesão corporal seguida de morte		Homicídio culposo de trânsito		Mortes accidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)		Outras mortes accidentais (exceto homicídio culposo)		Outros crimes resultantes em morte	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Grupo 1	Distrito Federal	567	654	49	60	9	10	337	340	84	76	159	176	11	10
	Espírito Santo ⁽²⁾	1.903 ⁽³⁾	1.958 ⁽³⁾	10	24	405	451	-	-	36	46	-	-
	Goiás	1.268	1.407	57	55	23	13	965	864	72	...	95	...	20	...
	Mato Grosso	844	746	43	56	32	38	468	362	93	194	111	100	28	27
	Mato Grosso do Sul	571 ⁽³⁾	459 ⁽³⁾	22	22	7	17	362	320	28	20	13	8	12	6
	Minas Gerais	2.812	2.194	82	65	331	340	1069	1938	217	85
	Paraná	...	2.831	2.077
	Pernambuco	4.285 ⁽³⁾	4.235 ⁽³⁾	109	127	1	12	74	95	432	431	257	212	20	13
	Rio de Janeiro	5.504	5.235	163	185	40	44	2459	2.366	270	...	489	...	118	...
	Rio Grande do Sul	1.557	1.646	...	82	98	88	1.143	1.169	-	-
	Santa Catarina	607	685	29	39	50	72	631	496	...	172	230	346	42	53
	São Paulo	4.877	4.426	218	267	4848	4.671
Grupo 2	Acre	168	...	1	...	3	...	13	...	61	...	19	...	-	-
	Alagoas	1.806	2.070	26	38	13	20	195	280	...	-	165	301	-	-
	Amapá	117	117	5	17	11	10	12	6	2	...	1	...	1	...
	Amazonas	536 ⁽³⁾	691 ⁽³⁾	24	26	8	8	30	110	56	19	23	18	32	-
	Bahia	3.497	4.143	122	110	89	97	981	944	602	574	497	365	20	13
	Ceará	1.847	1.903	126	91	66	73	750	554	119	57	9	7	-	-
	Maranhão	974	988	82	64	92	32	770	777	-	-	17	43	9	...
	Pará	2.251 ⁽³⁾	2.916 ⁽³⁾	242	206	25	48	775	1051	51	...	-	-	-	-
	Paraíba	612 ⁽³⁾	844 ⁽³⁾	32	38	9	11	314	366	80	151	66	93	9	12
	Piauí	290	303	2	3	6	3	372	400	1	3	10	2	...	3
	Rio Grande do Norte	697	510	39	21	81	63	548	...	76	86	...
	Rondônia	364	437	22	18	12	10	267	260	65	65	54	37	4	14
	Roraima	48 ⁽³⁾	46 ⁽³⁾	1	1	3	2	129	102	1
	Sergipe	511	516	12	15	1	8	32	...	-	-	-	-	-	-
	Tocantins	203	219	12	7	3	10	159	188	169	194	48	43	3	9

Continua

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Secretarias Estaduais de Segurança Pública;

(1) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(2) Os dados referentes ao ano de 2007 foram retificados pelo Estado. Fonte: GEAC/SESP.

(3) Inclui os dados de Auto de Resistência e policiais mortos em serviço.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Outros homicídios culposos		Suicídio		Mortes a esclarecer		Tentativa de homicídio		Policiais mortos em serviço		Pessoas mortas em confronto com a polícia / auto de resistência	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008

Grupo 1	Distrito Federal	11	8	100	104	42	38	911	1000
	Espírito Santo (2)	-	-	110	126	2034	2249	1	-	18	14
	Goiás	59	110	181	...	1375	...	1520	...	-	1	42	23
	Mato Grosso	46	43	162	159	176	195	1294	1624	9	3
	Mato Grosso do Sul	33	19	148	...	410	353	762	600	3	1	10	4
	Minas Gerais	450	420	12	...	3401	2653	...	6	...	33
	Paraná
	Pernambuco	35	18	282	217	977	1017	1360	1577	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	270	...	287	...	2007	...	3053	3.021	32	26	1.330	1.137
	Rio Grande do Sul	865	934	3.663	3.441
	Santa Catarina	129	209	413	403	227	153	984	1791	...	2	...	33
	São Paulo	283	5679	5.066	36	22	401	397

Grupo 2	Acre	2	...	8	...	8	...	222
	Alagoas	19	16	57	77	-	-	369	584
	Amapá	3	2	11	21	1	...	164	173
	Amazonas	6	9	30	23	4	13	345	398	-	1	-	4
	Bahia	47	51	435	447	546	569	3203	3.292
	Ceará	-	-	293	278	369	331	455	451	...	8	...	48
	Maranhão	211	144	89	107	23	...	1697	1526
	Pará	29	3	32	76	-	-	502	1067	-	-	-	-
	Paraíba	16	12	101	122	65	...	355	...	-	-	-	-
	Piauí	26	29	86	82	38	53	455	420	...	5	...	-
	Rio Grande do Norte	158	...	83	...	197	...	552
	Rondônia	2	6	47	72	314	135	510	663
	Roraima	4	1	40	16	32	58	140	149	-	-	-	-
	Sergipe	4	...	13	...	-	-	81
	Tocantins	22	7	74	58	54	73	329	318	10	3

Conclusão

TABELA 03 · Taxa por 100 mil habitantes das ocorrências fatais, por tipo
Unidades da Federação – 2007-2008

Grupos de Estados segundo qualidade Unidades dos dados Federação dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Homicídio Doloso		Latrocínio		Lesão corporal seguida de morte		Homicídio culposo de trânsito		Mortes accidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)		Outras mortes accidentais (exceto homicídio culposo)		Outros crimes resultantes em morte	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Grupo 1	Distrito Federal	23,3	25,6	2,0	2,3	0,4	0,4	13,8	13,3	3,5	3,0	6,5	6,9	0,5	0,4
	Espírito Santo ⁽²⁾	54,1 ⁽³⁾	56,7 ⁽³⁾	0,3	0,7	11,5	13,1	-	-	1,0	1,3	-	-
	Goiás	21,7	24,1	1,0	0,9	0,4	0,2	16,5	14,8	1,2	...	1,6	...	0,3	...
	Mato Grosso	29,0	25,2	1,5	1,9	1,1	1,3	16,1	12,2	3,2	6,6	3,8	3,4	1,0	0,9
	Mato Grosso do Sul	24,5 ⁽³⁾	19,6 ⁽³⁾	0,9	0,9	0,3	0,7	15,5	13,7	1,2	0,9	0,6	0,3	0,5	0,3
	Minas Gerais	14,3	11,1	0,4	0,3	1,7	1,7	5,4	9,8	1,1	0,4
	Paraná	...	26,7	19,6
	Pernambuco	49,9 ⁽³⁾	48,5 ⁽³⁾	1,3	1,5	-	0,3	0,9	1,1	5,0	4,9	3,0	2,4	0,2	0,1
	Rio de Janeiro	35,0	33,0	1,0	1,2	0,3	0,3	15,6	14,9	1,7	...	3,1	...	0,7	...
	Rio Grande do Sul	14,1	15,2	...	0,8	0,9	0,8	10,3	10,8	-	-
	Santa Catarina	10,0	11,3	0,5	0,6	0,8	1,2	10,4	8,2	...	2,8	3,8	5,7	0,7	0,9
	São Paulo	11,7	10,8	0,5	0,7	11,6	11,4
Grupo 2	Acre	23,9	...	0,1	...	0,4	...	1,8	...	8,7	...	2,7	...	-	-
	Alagoas	58,5	66,2	0,8	1,2	0,4	0,6	6,3	9,0	...	-	5,3	9,6	-	-
	Amapá	18,4	19,1	0,8	2,8	1,7	1,6	1,9	1,0	0,3	...	0,2	...	0,2	...
	Amazonas	15,8 ⁽³⁾	20,7 ⁽³⁾	0,7	0,8	0,2	0,2	0,9	3,3	1,7	0,6	0,7	0,5	0,9	-
	Bahia	24,8	28,6	0,9	0,8	0,6	0,7	7,0	6,5	4,3	4,0	3,5	2,5	0,1	0,1
	Ceará	22,2	22,5	1,5	1,1	0,8	0,9	9,0	6,6	1,4	0,7	0,1	0,1	-	-
	Maranhão	15,5	15,7	1,3	1,0	1,5	0,5	12,3	12,3	-	-	0,3	0,7	0,1	...
	Pará	31,1 ⁽³⁾	39,8 ⁽³⁾	3,3	2,8	0,3	0,7	10,7	14,4	0,7	...	-	-	-	-
	Paraíba	16,8 ⁽³⁾	22,6 ⁽³⁾	0,9	1,0	0,2	0,3	8,6	9,8	2,2	4,0	1,8	2,5	0,2	0,3
	Piauí	9,5	9,7	0,1	0,1	0,2	0,1	12,1	12,8	0,0	0,1	0,3	0,1	...	0,1
	Rio Grande do Norte	22,6	16,4	1,3	0,7	2,6	2,0	17,8	...	2,5	2,8	...
	Rondônia	22,9	29,3	1,4	1,2	0,8	0,7	16,8	17,4	4,1	4,4	3,4	2,5	0,3	0,9
	Roraima	11,6 ⁽³⁾	11,1 ⁽³⁾	0,2	0,2	0,7	0,5	31,1	24,7	0,2
	Sergipe	25,1	25,8	0,6	0,8	-	0,4	1,6	...	-	-	-	-	-	-
	Tocantins	14,9	17,1	0,9	0,5	0,2	0,8	11,7	14,7	12,4	15,2	3,5	3,4	0,2	0,7

Continua

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Secretarias Estaduais de Segurança Pública;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(2) Os dados referentes ao ano de 2007 foram retificados pelo Estado. Fonte: GEAC/SESP.

(3) Inclui os dados de Auto de Resistência e policiais mortos em serviço.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Outros homicídios culposos		Suicídio		Mortes a esclarecer		Tentativa de homicídio		Policiais mortos em serviço		Pessoas mortas em confronto com a polícia / auto de resistência	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008

Grupo 1	Distrito Federal	0,5	0,3	4,1	4,1	1,7	1,5	37,4	39,1
	Espírito Santo ⁽²⁾	-	-	3,1	3,6	57,8	65,1	-	-	0,5	0,4
	Goiás	1,0	1,9	3,1	...	23,5	...	26,0	...	-	-	0,7	0,4
	Mato Grosso	1,6	1,5	5,6	5,4	6,0	6,6	44,5	54,9	0,3	0,1
	Mato Grosso do Sul	1,4	0,8	6,3	...	17,6	15,1	32,7	25,7	0,1	-	0,4	0,2
	Minas Gerais	2,3	2,1	0,1	...	17,2	13,4	...	-	...	0,2
	Paraná
	Pernambuco	0,4	0,2	3,3	2,5	11,4	11,6	15,8	18,1	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	1,7	...	1,8	...	12,8	...	19,4	19,0	0,2	0,2	8,5	7,2
	Rio Grande do Sul	7,8	8,6	33,1	31,7
	Santa Catarina	2,1	3,5	6,8	6,7	3,8	2,5	16,3	29,6	...	-	...	0,5
	São Paulo	0,7	13,6	12,4	0,1	0,1	1,0	1,0

Grupo 2	Acre	0,3	...	1,1	...	1,1	...	31,6
	Alagoas	0,6	0,5	1,8	2,5	-	-	12,0	18,7
	Amapá	0,5	0,3	1,7	3,4	0,2	...	25,8	28,2
	Amazonas	0,2	0,3	0,9	0,7	0,1	0,4	10,2	11,9	-	-	-	0,1
	Bahia	0,3	0,4	3,1	3,1	3,9	3,9	22,7	22,7
	Ceará	-	-	3,5	3,3	4,4	3,9	5,5	5,3	...	0,1	...	0,6
	Maranhão	3,4	2,3	1,4	1,7	0,4	...	27,1	24,2
	Pará	0,4	0,0	0,4	1,0	-	-	6,9	14,6	-	-	-	-
	Paraíba	0,4	0,3	2,8	3,3	1,8	...	9,7	...	-	-	-	-
	Piauí	0,8	0,9	2,8	2,6	1,2	1,7	14,8	13,5	...	0,2
	Rio Grande do Norte	5,1	...	2,7	...	6,4	...	17,9
	Rondônia	0,1	0,4	3,0	4,8	19,7	9,0	32,1	44,4
	Roraima	1,0	0,2	9,6	3,9	7,7	14,1	33,7	36,1	-	-	-	-
	Sergipe	0,2	...	0,6	...	-	-	4,0
	Tocantins	1,6	0,5	5,4	4,5	4,0	5,7	24,2	24,8	0,7	0,2

Conclusão

TABELA 04 · Ocorrências fatais, por tipo
Unidades da Federação – 2008

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Homicídio Doloso		Latrocínio		Lesão corporal seguida de morte		Homicídio culposo de trânsito		Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)		Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)		Outros crimes resultantes em morte	
		Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾
Grupo 1	Distrito Federal	654	25,6	60	2,3	10	0,4	340	13,3	76	3,0	176	6,9	10	0,4
	Espírito Santo ⁽³⁾	1.958 ⁽⁴⁾	56,7 ⁽⁴⁾	24	0,7	451	13,1	-	-	46	1,3	-	-
	Goiás	1.407	24,1	55	0,9	13	0,2	864	14,8
	Mato Grosso	746 ⁽⁴⁾	25,2 ⁽⁴⁾	56	1,9	38	1,3	362	12,2	194	6,6	100	3,4	27	0,9
	Mato Grosso do Sul	459	19,6	22	0,9	17	0,7	320	13,7	20	0,9	8	0,3	6	0,3
	Minas Gerais	2.194	11,1	65	0,3	340	1,7	1.938	9,8	85	0,4
	Paraná	2.831	26,7	2.077	19,6
	Pernambuco	4.235 ⁽⁴⁾	48,5 ⁽⁴⁾	127	1,5	12	0,1	95	1,1	431	4,9	212	2,4	13	0,1
	Rio de Janeiro	5.235	33,0	185	1,2	44	0,3	2.366	14,9
	Rio Grande do Sul	1.646	15,2	82	0,8	88	0,8	1.169	10,8	-	-
	Santa Catarina	685	11,3	39	0,6	72	1,2	496	8,2	172	2,8	346	5,7	53	0,9
	São Paulo	4.426	10,8	267	0,7	4.671	11,4
Grupo 2	Acre	-	-
	Alagoas	2.070	66,2	38	1,2	20	0,6	280	9,0	-	-	301	9,6	-	-
	Amapá	117	19,1	17	2,8	10	1,6	6	1,0
	Amazonas	691 ⁽⁴⁾	20,7 ⁽⁴⁾	26	0,8	8	0,2	110	3,3	19	0,6	18	0,5	-	-
	Bahia	4.143	28,6	110	0,8	97	0,7	944	6,5	574	4,0	365	2,5	13	0,1
	Ceará	1.903	22,5	91	1,1	73	0,9	554	6,6	57	0,7	7	0,1	-	-
	Maranhão	988	15,7	64	1,0	32	0,5	777	12,3	-	-	43	0,7
	Pará	2.916 ⁽⁴⁾	39,8 ⁽⁴⁾	206	2,8	48	0,7	1.051	14,4	-	-	-	-
	Paraíba	844 ⁽⁴⁾	22,6 ⁽⁴⁾	38	1,0	11	0,3	366	9,8	151	4,0	93	2,5	12	0,3
	Piauí	303	9,7	3	0,1	3	0,1	400	12,8	3	0,1	2	0,1	3	0,1
	Rio Grande do Norte	510	16,4	21	0,7	63	2,0
	Rondônia	437	29,3	18	1,2	10	0,7	260	17,4	65	4,4	37	2,5	14	0,9
	Roraima	46 ⁽⁴⁾	11,1 ⁽⁴⁾	1	0,2	2	0,5	102	24,7
	Sergipe	516	25,8	15	0,8	8	0,4	-	-	-	-	-	-
	Tocantins	219	17,1	7	0,5	10	0,8	188	14,7	194	15,2	43	3,4	9	0,7

Continua

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Secretarias Estaduais de Segurança Pública;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(2) Por 100 mil habitantes.

(3) Os dados referentes ao ano de 2007 foram retificados pelo Estado. Fonte: GEAC/SESP.

(4) Inclui os dados de Auto de Resistência e policiais mortos em serviço.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

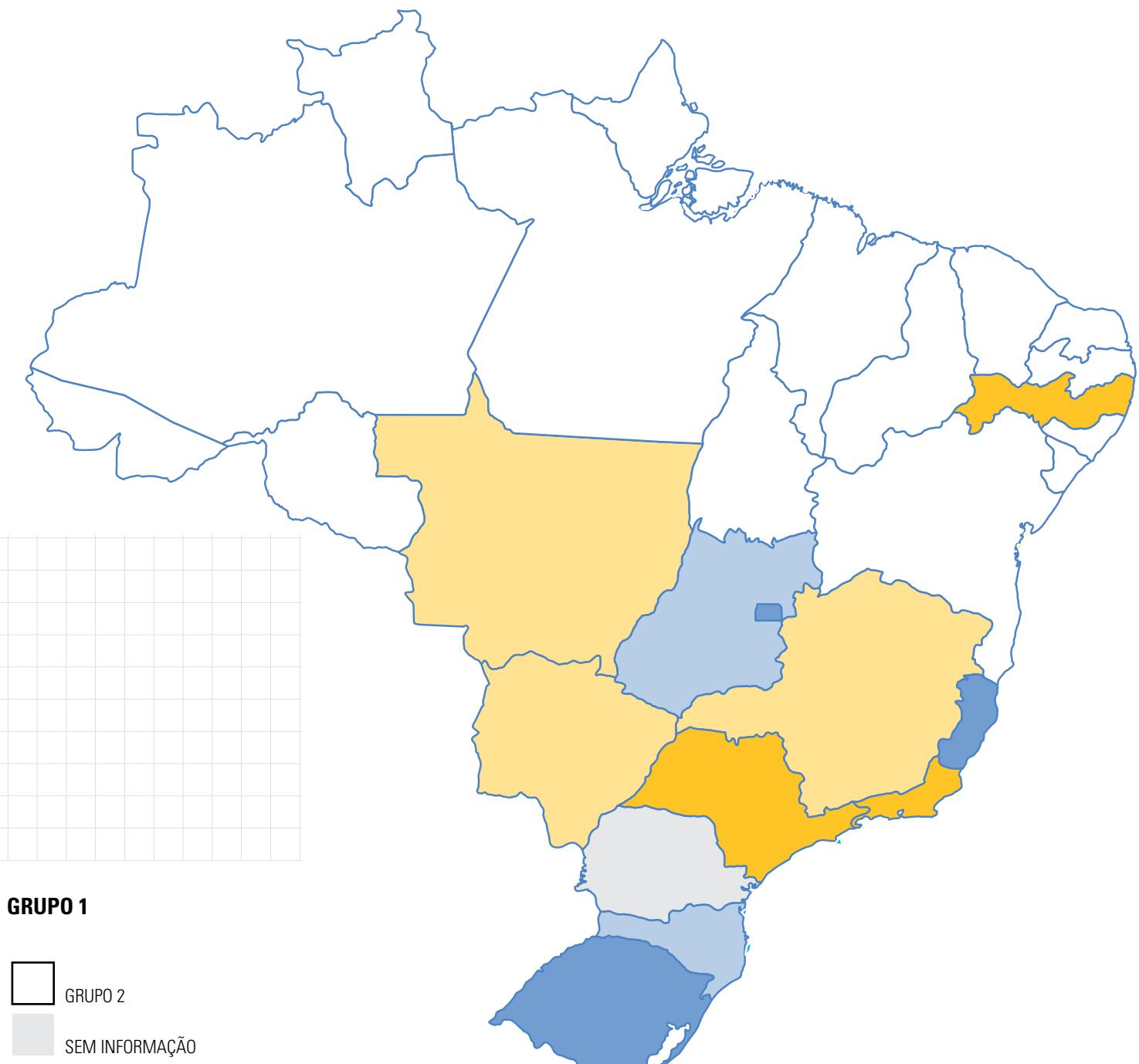
Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Outros homicídios culposos		Suicídio		Mortes a esclarecer		Tentativa de homicídio		Policiais mortos em serviço		Pessoas mortas em confronto com a polícia / auto de resistência	
		Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾	Ns. absolutos	Taxas ⁽²⁾

Grupo 1	Distrito Federal	8	0,3	104	4,1	38	1,5	1.000	39,1
	Espírito Santo ⁽³⁾	-	-	126	3,6	2.249	65,1	-	-	14	0,4
	Goiás	110	1,9	1	-	23	0,4
	Mato Grosso	43	1,5	159	5,4	195	6,6	1.624	54,9	3	0,1
	Mato Grosso do Sul	19	0,8	353	15,1	600	25,7	1	-	4	0,2
	Minas Gerais	420	2,1	2.653	13,4	6	-	33	0,2
	Paraná
	Pernambuco	18	0,2	217	2,5	1.017	11,6	1.577	18,1	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	3.021	19,0	26	0,2	1.137	7,2
	Rio Grande do Sul	934	8,6	3.441	31,7
	Santa Catarina	209	3,5	403	6,7	153	2,5	1.791	29,6	2	-	33	0,5
	São Paulo	5.066	12,4	22	0,1	397	1,0

Grupo 2	Acre
	Alagoas	16	0,5	77	2,5	-	-	584	18,7
	Amapá	2	0,3	21	3,4	173	28,2
	Amazonas	9	0,3	23	0,7	13	0,4	398	11,9	1	-	4	0,1
	Bahia	51	0,4	447	3,1	569	3,9	3.292	22,7
	Ceará	-	-	278	3,3	331	3,9	451	5,3	8	0,1	48	0,6
	Maranhão	144	2,3	107	1,7	1.526	24,2
	Pará	3	0,0	76	1,0	-	-	1.067	14,6	-	-	-	-
	Paraíba	12	0,3	122	3,3	-	-	-	-
	Piauí	29	0,9	82	2,6	53	1,7	420	13,5	5	0,2	-	...
	Rio Grande do Norte
	Rondônia	6	0,4	72	4,8	135	9,0	663	44,4
	Roraima	1	0,2	16	3,9	58	14,1	149	36,1	-	-	-	-
	Sergipe	-	-
	Tocantins	7	0,5	58	4,5	73	5,7	318	24,8	3	0,2

Conclusão

MAPA 01 · Taxas⁽¹⁾ de crescimento dos registros de homicídio doloso, por grupos segundo qualidade dos dados Unidades da Federação, grupo 1 – 2007-2008



GRUPO 1

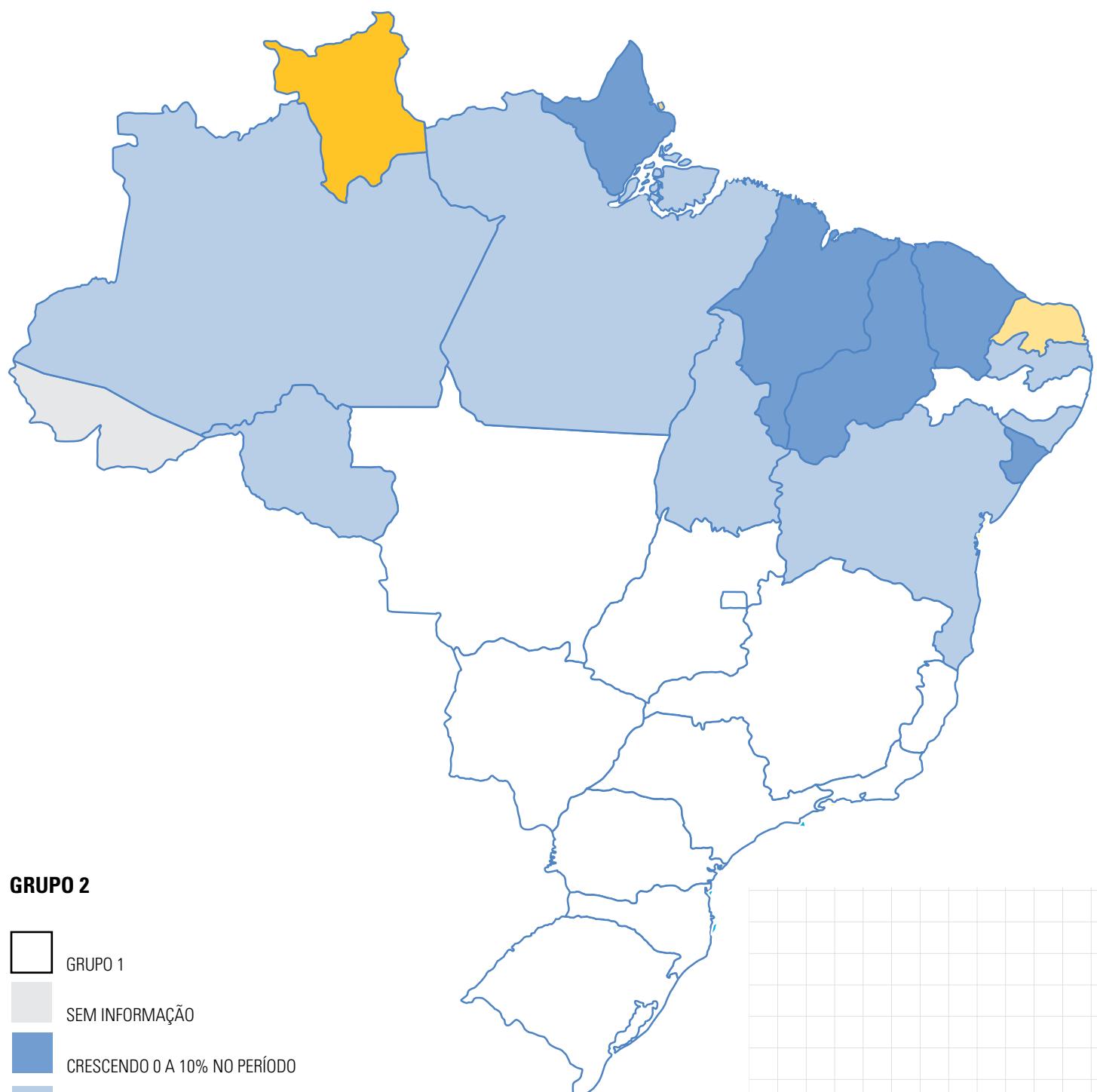
- GRUPO 2
- SEM INFORMAÇÃO
- CRESCENDO 0 A 10% NO PERÍODO
- CRESCENDO ACIMA DE 10%
- DECRESCENDO 0 A 10% NO PERÍODO
- DECRESCENDO ACIMA DE 10% NO PERÍODO

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Secretarias Estaduais de Segurança Pública; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nota: Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(1) Cálculo por 100 mil habitantes.

MAPA 02 · Taxas⁽¹⁾ de crescimento dos registros de homicídio doloso, por grupos segundo qualidade dos dados Unidades da Federação, grupo 2 – 2007-2008



GRUPO 2

- The legend consists of five color-coded squares with corresponding labels:

 - White square: GRUPO 1
 - Light gray square: SEM INFORMAÇÃO
 - Blue square: CRESCENDO 0 A 10% NO PERÍODO
 - Light blue square: CRESCENDO ACIMA DE 10%
 - Yellow square: DECRESCENDO 0 A 10% NO PERÍODO
 - Light orange square: DECRESCENDO ACIMA DE 10% NO PERÍODO

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Secretarias Estaduais de Segurança Pública; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nota: Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(1) Cálculo por 100 mil habitantes.

gastos com políticas de segurança pública

TABELA 05 · Despesas realizadas com a Função Segurança Pública, por Subfunções Unidades da Federação – 2007–2008

União e Unidades da Federação	Policíamento			Defesa Civil			Informação e Inteligência			em reais correntes
	2007	2008	Crescimento (%)	2007	2008	Crescimento (%)	2007	2008	Crescimento (%)	
Total	10.244.544.977,62	13.767.780.494,36	34,39	920.701.725,34	1.568.501.643,34	70,36	205.036.828,88	336.391.894,48	64,06	
União	1.107.526.209,75	1.024.246.000,00	-7,52	502.616.410,14	898.156.000,00	78,70	130.644.571,37	90.928.000,00	-30,40	
Acre ⁽¹⁾	29.765.236,94	122.451.614,13	311,39	9.612.925,16	54.141.240,58	463,21	836.365,53	1.415.204,90	69,21	
Alagoas	353.851.067,91	440.819.942,26	24,58	2.634.980,85	1.341.646,02	-49,08	-	18.611,23	NA	
Amapá	1.022.545,52	6.872.246,95	572,07	4.422.952,14	4.142.261,15	-6,35	120.193,23	346.999,00	188,70	
Amazonas	55.643.200,33	54.632.376,09	-1,82	1.448.173,19	2.248.407,23	55,26	6.166.871,96	6.612.994,39	7,23	
Bahia	85.992.725,69	44.598.401,03	-48,14	1.163.670,99	12.940.893,41	1.012,07	433.888,40	1.569.069,07	261,63	
Ceará	108.564.545,79	124.205.610,00	14,41	-	1.537.143,22	NA	-	2.438.677,88	NA	
Distrito Federal	35.569.379,68	82.766.493,14	132,69	1.749.719,84	1.836.791,44	4,98	-	-	NA	
Espírito Santo ⁽¹⁾	27.307.793,64	72.978.690,52	167,24	7.626.955,13	5.328.376,45	-30,14	672.386,50	5.720.766,93	750,82	
Goiás	512.779.292,42	73.539.655,47	-85,66	5.732.036,17	4.449.250,46	-22,38	-	1.108.913,71	NA	
Maranhão	48.339.298,93	64.636.396,34	33,71	2.716.752,26	8.287.628,98	205,06	-	-	NA	
Mato Grosso ⁽¹⁾	36.194.154,01	39.073.979,26	7,96	8.366.537,57	13.989.982,79	67,21	500.567,00	609.793,64	21,82	
Mato Grosso do Sul	539.194.008,23	615.269.573,16	14,11	-	10.733.042,28	NA	840.751,52	3.948.331,62	369,62	
Minas Gerais ⁽¹⁾	345.003.403,09	367.131.779,60	6,41	50.932.198,79	50.407.623,53	-1,03	17.570.036,51	45.770.378,96	160,50	
Pará ⁽¹⁾	58.347.674,61	151.196.186,21	159,13	9.492.277,41	13.054.890,47	37,53	3.472.549,03	1.810.435,19	-47,86	
Paraíba	2.084.252,37	2.929.920,68	40,57	1.775.898,78	3.407.590,75	91,88	407.322,74	549.389,90	34,88	
Paraná	931.452.128,84	1.028.677.111,73	10,44	83.741.326,27	99.788.119,34	19,16	17.997.905,90	20.132.032,19	11,86	
Pernambuco	598.874.046,21	705.853.747,17	17,86	66.529.789,27	100.468.655,07	51,01	1.158.697,37	1.993.818,08	72,07	
Piauí	1.534.660,67	33.799.755,57	2.102,43	14.672.322,89	2.807.734,01	-80,86	-	-	NA	
Rio de Janeiro	114.737.747,16	233.898.109,84	103,85	69.119.243,40	166.985.224,78	141,59	150.907,75	70.598,58	-53,22	
Rio Grande do Norte	25.938.248,91	19.296.840,45	-25,60	15.803.960,34	20.853.835,75	31,95	-	-	NA	
Rio Grande do Sul ⁽¹⁾	169.804.531,63	231.331.686,28	36,23	620.369,19	-	NA	16.633.471,52	20.338.340,88	22,27	
Rondônia ⁽¹⁾	27.455.030,21	371.649.293,88	1.253,67	2.873.298,05	21.722.078,21	656,00	-	-	NA	
Roraima	11.422.726,18	10.049.998,66	-12,02	1.541.178,48	4.676.538,83	203,44	1.402.632,61	1.502.830,05	7,14	
Santa Catarina ⁽¹⁾	41.035.224,06	38.694.462,18	-5,70	4.180.129,13	15.913.802,40	280,70	876.062,65	-	NA	
São Paulo	4.825.264.365,87	7.584.467.181,07	57,18	18.563.098,18	21.080.157,48	13,56	5.151.647,29	128.700.552,39	2.398,24	
Sergipe	-	214.145.101,41	NA	20.152.106,48	26.320.994,93	30,61	-	555.516,89	NA	
Tocantins ⁽¹⁾	149.841.478,97	8.568.341,28	-94,28	12.613.415,24	1.881.733,78	-85,08	-	250.639,00	NA	

Continua

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A subfunção "421 – Custódia e Reintegração Social" está incluída na agregação Demais Subfunções.

(2) Os gastos com Pessoal e Encargos não foram incluídos na Função Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(NA) Não se aplica.

em reais correntes

União e Unidades da Federação	Demais Subfunções (1)			Total		
	2007	2008	Crescimento (%)	2007	2008	Crescimento (%)
Total	23.502.491.449,80	23.856.579.627,20	1,51	34.872.774.981,64	39.529.253.659,38	13,35
União	3.014.593.903,58	3.964.744.000,00	31,52	4.755.381.094,84	5.978.074.000,00	25,71
Acre ⁽¹⁾	145.598.100,42	50.358.059,96	-65,41	185.812.628,05	228.366.119,57	22,90
Alagoas	104.290.668,26	146.365.196,93	40,34	460.776.717,02	588.545.396,44	27,73
Amapá	158.912.074,72	215.911.904,39	35,87	164.477.765,61	227.273.411,49	38,18
Amazonas	401.875.823,89	496.046.271,20	23,43	465.134.069,37	559.540.048,91	20,30
Bahia	1.511.352.881,46	1.714.386.789,69	13,43	1.598.943.166,54	1.773.495.153,20	10,92
Ceará	411.820.259,90	498.448.335,73	21,04	520.384.805,69	626.629.766,83	20,42
Distrito Federal	43.890.661,33	61.984.793,18	41,23	81.209.760,85	146.588.077,76	80,51
Espírito Santo ⁽¹⁾	654.415.849,24	572.892.289,37	-12,46	690.022.984,51	656.920.123,27	-4,80
Goiás	434.945.131,50	823.566.119,56	89,35	953.456.460,09	902.663.939,20	-5,33
Maranhão	372.982.778,09	447.823.424,96	20,07	424.038.829,28	520.747.450,28	22,81
Mato Grosso ⁽¹⁾	402.762.129,26	676.829.744,20	68,05	447.823.387,84	730.503.499,89	63,12
Mato Grosso do Sul	104,17	-	NA	540.034.863,92	629.950.947,06	16,65
Minas Gerais ⁽¹⁾	3.866.884.586,08	4.495.768.301,49	16,26	4.280.390.224,47	4.959.078.083,58	15,86
Pará ⁽¹⁾	618.577.293,63	694.665.285,99	12,30	689.889.794,68	860.726.797,86	24,76
Paraíba	401.862.372,49	473.960.185,64	17,94	406.129.846,38	480.847.086,97	18,40
Paraná	4.061.471,88	4.690.776,02	15,49	1.037.252.832,89	1.153.288.039,28	11,19
Pernambuco	253.080.002,77	346.463.476,18	36,90	919.642.535,62	1.154.779.696,50	25,57
Piauí	220.700.734,91	142.143.892,97	-35,59	236.907.718,47	178.751.382,55	-24,55
Rio de Janeiro	4.202.224.585,19	4.519.034.202,46	7,54	4.386.232.483,50	4.919.988.135,66	12,17
Rio Grande do Norte	353.671.489,61	450.634.432,13	27,42	395.413.698,86	490.785.108,33	24,12
Rio Grande do Sul ⁽¹⁾	1.346.738.613,91	1.126.931.702,68	-16,32	1.533.796.986,25	1.378.601.729,84	-10,12
Rondônia ⁽¹⁾	353.761.766,50	95.954.610,16	-72,88	384.090.094,76	489.325.982,25	27,40
Roraima	90.749.222,44	121.159.826,20	33,51	105.115.759,71	137.389.193,74	30,70
Santa Catarina ⁽¹⁾	979.391.680,24	115.302.829,03 ⁽²⁾	-88,23	1.025.483.096,08	169.911.093,61 ⁽²⁾	-83,43 ⁽²⁾
São Paulo	2.769.964.613,12	1.222.546.996,25	-55,86	7.618.943.724,46	8.956.794.887,19	17,56
Sergipe	283.627.977,38	111.141.391,52	-60,81	303.780.083,86	352.163.004,75	15,93
Tocantins ⁽¹⁾	99.754.673,83	266.824.789,31	167,48	262.209.568,04	277.525.503,37	5,84

Conclusão

TABELA 06 · Participação das despesas realizadas com a Função Segurança Pública no total das despesas realizadas Unidades da Federação – 2006-2008

Unidades da Federação	em porcentagem		
	2006	2007	2008
União	0,3	0,4	0,6
Acre	7,1	8,4	8,3
Alagoas	11,9	12,8	13,6
Amapá	8,9	8,8	10,1
Amazonas	7,5	7,4	7,2
Bahia	9,0	9,4	8,9
Ceará	4,5	5,8	5,8
Distrito Federal	1,2	1,0	1,5
Espírito Santo	6,0	7,7	6,4
Goiás	8,6	10,0	8,2
Maranhão	7,4	8,1	7,6
Mato Grosso	8,9	6,9	9,2
Mato Grosso do Sul	8,9	10,2	9,4
Minas Gerais	13,5	13,2	12,6
Pará	9,1	9,1	9,2
Paraíba	8,6	9,1	9,1
Paraná	6,7	6,5	6,3
Pernambuco	8,4	8,0	8,3
Piauí	6,2	6,3	4,1
Rio de Janeiro	12,3	12,3	12,1
Rio Grande do Norte	6,6	7,7	8,5
Rio Grande do Sul	7,6	7,6	5,7
Rondônia	12,8	12,9	13,0
Roraima	7,2	7,1	7,7
Santa Catarina	11,5	11,6	1,6 ⁽¹⁾
São Paulo	8,5	7,9	7,4
Sergipe	7,8	8,9	8,2
Tocantins	7,7	8,0	6,9

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Os gastos com Pessoal e Encargos não foram incluídos na Função Segurança Pública.

**TABELA 07 · Despesa *per Capita* realizada com a Função Segurança Pública
Unidades da Federação – 2006-2008**

Unidades da Federação	em reais correntes		
	2006	2007	2008
Total	165,04	184,19	208,47
União	18,47	25,12	32,17
Acre	221,55	264,15	335,80
Alagoas	126,54	149,36	188,18
Amapá	244,98	258,35	370,66
Amazonas	130,09	137,25	167,47
Bahia	102,45	113,53	122,29
Ceará	54,81	62,43	74,15
Distrito Federal	38,69	33,36	57,32
Espírito Santo	136,48	196,04	72,08
Goiás	124,75	163,24	154,43
Maranhão	58,74	67,68	82,59
Mato Grosso	177,89	153,88	246,98
Mato Grosso do Sul	180,63	231,65	269,66
Minas Gerais	200,78	217,07	349,48
Pará	88,95	95,17	117,56
Paraíba	100,00	111,26	128,48
Paraná	97,28	98,67	108,90
Pernambuco	91,76	107,05	132,21
Piauí	67,79	77,28	57,30
Rio de Janeiro	269,91	278,69	309,97
Rio Grande do Norte	97,02	128,21	157,99
Rio Grande do Sul	132,01	138,43	127,00
Rondônia	225,76	241,57	327,62
Roraima	221,07	253,12	332,84
Santa Catarina	152,46	169,52	28,07 ⁽¹⁾
São Paulo	173,33	182,87	218,40
Sergipe	139,72	149,39	176,14
Tocantins	163,01	192,95	216,73

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN;
 Ministério da Justiça; Estimativas Preliminares para 1º de julho de 2008 publicadas no
 D.O.U. em 29 de agosto de 2008 (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
 (1) Os gastos com Pessoal e Encargos não foram incluídos na Função Segurança Pública.

TABELA 08 · Despesas realizadas com a Função Direitos da Cidadania e a Subfunção Custódia e Reintegração Social
Unidades da Federação – 2007-2008

União e Unidades da Federação	Direitos da Cidadania						
	2007			Total da Função (em reais correntes)	2008		
	Custódia e Reintegração		Participação no total das despesas realizadas pela Função (%)		Custódia e Reintegração		Total da Função (em reais correntes)
	Despesas realizadas (em reais correntes)		Despesas realizadas (em reais correntes)	Participação no total das despesas realizadas pela Função (%)			
União	191.988.007,64	21,1	911.446.109,26	350.244.000,00	23,9	1.466.998.000,00	
Acre ⁽¹⁾	-	-	4.030.282,61	-	-	6.580.765,40	
Alagoas	448.032,82	2,5	18.121.057,61	508.408,99	6,1	8.379.160,62	
Amapá	13.344.779,01	45,8	29.121.161,70	14.277.998,95	49,2	29.029.553,87	
Amazonas	31.072.339,13	34,1	91.182.611,45	43.026.823,55	38,5	111.742.791,41	
Bahia	2.073.487,96	1,3	159.377.679,53	72.043.749,31	39,0	184.523.923,24	
Ceará	1.849.075,51	2,1	87.097.114,09	66.295.673,92	51,0	130.053.727,58	
Distrito Federal	4.697.043,31	53,7	8.750.920,90	26.750.672,47	81,2	32.945.916,24	
Espírito Santo ⁽¹⁾	-	-	2.717.155,26	6.022.885,60	90,3	6.667.017,85	
Goiás	5.586.586,20	10,8	51.912.448,20	7.599.687,56	70,7	10.751.890,32	
Maranhão	24.248.820,18	71,1	34.106.302,01	15.540.584,12	45,1	34.446.722,32	
Mato Grosso ⁽¹⁾	-	-	4.472.584,16	-	-	39.037.424,22	
Mato Grosso do Sul	72.418.563,89	91,9	78.780.380,48	42.678.289,74	88,1	48.451.771,79	
Minas Gerais ⁽¹⁾	781.126,81	10,1	7.754.156,65	-	-	16.981.516,54	
Pará ⁽¹⁾	-	-	16.985.090,95	-	-	23.991.544,50	
Paraíba	666.674,62	4,5	14.725.658,09	83.848,33	0,4	21.011.752,22	
Paraná	195.221.570,44	97,6	200.117.931,58	234.448.123,75	97,5	240.346.138,64	
Pernambuco	4.288.005,11	1,6	271.106.112,23	44.871.168,54	14,2	316.534.983,84	
Piauí	5.478.385,93	15,2	35.962.338,18	15.878.635,22	61,5	25.823.302,23	
Rio de Janeiro	8.982.683,92	4,2	213.619.296,90	-	-	230.044.499,55	
Rio Grande do Norte	10.479.040,11	21,3	49.221.396,67	17.197.015,59	30,8	55.802.028,51	
Rio Grande do Sul ⁽¹⁾	-	-	64.701.526,54	-	-	17.711.034,96	
Rondônia ⁽¹⁾	-	-	946894,36	
Roraima	8.176.877,75	52,1	15.680.423,74	8.105.029,19	-	20.326.646,77	
Santa Catarina ⁽¹⁾	-	-	664.406,77	247.415,08	76,0	325.577,74	
São Paulo	142.230.913,75	7,1	2.008.801.736,30	144.764.512,61	6,0	2.429.626.137,01	
Sergipe	43.037.284,63	99,8	43.104.486,92	48.066.825,68	99,9	48.107.428,02	
Tocantins ⁽¹⁾	-	-	1.198.344,07	-	-	6.914.774,88	

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério da Justiça;

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A subfunção Custódia e Reintegração Social está incluida na Função Segurança Pública, subfunção 6999 - Demais subfunções.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 09 · Despesas realizadas com a Função Segurança Pública e taxas de homicídio
Unidades da Federação – 2007-2008

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Unidades da Federação	Despesas (em reais correntes)		Crescimento 2007-2008 (%)	Taxas de homicídio ⁽²⁾		Crescimento 2007-2008 (%)
		2007	2008		2007	2008	
Grupo 1	Distrito Federal	81.209.760,85	146.588.077,76	80,5	23,3	25,6	9,8
	Espírito Santo	690.022.984,51	656.920.123,27	-4,8	54,1	56,7	4,8
	Goiás	953.456.460,09	902.663.939,20	-5,3	21,7	24,1	10,9
	Mato Grosso	447.823.387,84	730.503.499,89	63,1	29,0	25,2	-13,0
	Mato Grosso do Sul	540.034.863,92	629.950.947,06	16,7	24,5	19,6	-19,8
	Minas Gerais	4.280.390.224,47	4.959.078.083,58	15,9	14,3	11,1	-22,5
	Paraná	1.037.252.832,89	1.153.289.039,28	11,2	...	26,7	...
	Pernambuco	919.642.535,62	1.154.779.696,50	25,6	49,9	48,5	-2,8
	Rio de Janeiro	4.386.232.483,50	4.919.988.135,66	12,2	35,0	36,0	3,0
	Rio Grande do Sul	1.533.796.986,25	1.378.601.729,84	-10,1	14,1	15,2	7,9
	Santa Catarina ⁽³⁾	1.025.483.096,08	169.911.093,61	-83,4	10,0	11,3	12,8
	São Paulo	7.618.943.724,46	8.956.794.887,19	17,6	11,7	10,8	-7,8
Total		23.514.289.340,48	25.759.068.252,84	9,5	...	20,7	...
Grupo 2	Acre	185.812.628,05	228.366.119,57	22,9	23,9
	Alagoas	460.776.717,02	588.545.396,44	27,7	58,5	66,2	13,1
	Amapá	164.477.765,61	227.273.411,49	38,2	18,4	19,1	3,8
	Amazonas	465.134.069,37	559.540.048,91	20,3	15,8	20,7	30,8
	Bahia	1.598.943.166,54	1.773.495.153,20	10,9	24,8
	Ceará	520.384.805,69	626.629.766,83	20,4	22,2	22,5	1,6
	Maranhão	424.038.829,28	520.747.450,28	22,8	15,5
	Pará	689.889.794,68	860.726.797,86	24,8	31,1	39,8	28,3
	Paraíba	406.129.846,38	480.847.086,97	18,4	16,8	22,6	34,5
	Piauí	236.907.718,47	178.751.382,55	-24,5	9,5	9,7	2,7
	Rio Grande do Norte	395.413.698,86	490.785.108,33	24,1	22,6	16,4	-27,4
	Rondônia	384.090.094,76	489.325.982,25	27,4	22,9	29,3	27,8
	Roraima	105.115.759,71	137.389.193,74	30,7	11,6	11,1	-3,6
	Sergipe	303.780.083,86	352.163.004,75	15,9	25,1	25,8	2,7
	Tocantins	262.209.568,04	277.525.503,37	5,8	14,9	17,1	14,5
Total		6.603.104.546,32	7.792.111.406,54	18,0	23,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério da Justiça; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(2) Por 100 mil habitantes.

(3) Em 2008, os gastos com pessoal e encargos sociais não estão incluídos na Função Segurança Pública.

(...) Informação não disponível

**TABELA 10 · Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados para os Estados por meio de convênio
Unidades da Federação – 2003-2007**

Unidades da Federação	2003	2004	2005	2006	2007	Total	em reais correntes %
Total	279.391.825,48	174.589.933,71	91.942.785,77	76.470.971,94	191.767.395,72	814.162.912,62	100,0
Acre	3.955.649,81	3.613.916,43	3.251.759,40	-	2.432.090,90	13.253.416,54	1,6
Alagoas	3.869.954,00	2.796.569,31	1.358.769,39	1.092.246,72	3.752.088,41	12.869.627,83	1,6
Amapá	8.345.477,00	5.402.257,89	1.913.690,69	1.046.587,18	1.990.825,19	18.698.837,95	2,3
Amazonas	7.176.000,00	3.598.284,00	1.937.745,67	1.703.575,24	2.293.639,54	16.709.244,45	2,1
Bahia	10.523.286,08	7.493.929,41	3.505.482,45	3.217.151,61	7.861.022,82	32.600.872,37	4,0
Ceará	9.216.681,80	4.543.814,51	2.071.642,03	526.500,00	20.064.665,18	36.423.303,52	4,5
Distrito Federal	5.692.664,94	4.115.037,97	1.206.617,68	1.903.575,25	4.300.000,00	17.217.895,84	2,1
Espírito Santo	8.000.000,00	2.647.955,00	2.510.137,16	2.649.391,41	21.068.051,95	36.875.535,52	4,5
Goiás	8.314.783,10	8.790.210,40	2.694.648,09	1.280.537,44	8.621.405,68	29.701.584,71	3,6
Maranhão	5.051.500,00	3.537.309,60	828.732,36	2.100.258,30	3.719.967,51	15.237.767,77	1,9
Mato Grosso	8.338.192,49	3.889.999,64	1.446.103,93	1.298.459,10	4.457.423,51	19.430.178,67	2,4
Mato Grosso do Sul	9.000.000,00	3.114.849,33	1.467.660,95	1.957.310,18	2.414.991,89	17.954.812,35	2,2
Minas Gerais	30.023.529,76	11.668.890,26	4.041.823,07	2.926.472,00	12.522.177,24	61.182.892,33	7,5
Pará	11.474.200,00	5.969.193,03	3.376.667,50	2.460.050,00	8.539.538,31	31.819.648,84	3,9
Paraíba	5.500.000,00	2.525.825,05	1.502.487,17	1.539.544,00	1.713.978,48	12.781.834,70	1,6
Paraná	6.844.686,00	4.356.425,05	2.166.261,00	3.587.036,20	2.686.259,00	19.640.667,25	2,4
Pernambuco	15.114.646,25	6.946.872,08	3.014.355,53	3.253.025,14	6.095.906,75	34.424.805,75	4,2
Piauí	5.726.676,00	2.777.006,38	968.136,99	5.706.670,60	15.931.072,13	31.109.562,10	3,8
Rio de Janeiro	37.953.018,92	14.149.773,67	12.316.747,90	-	8.221.386,32	72.640.926,81	8,9
Rio Grande do Norte	8.000.000,00	11.659.877,82	8.000.000,00	-	2.988.430,28	30.648.308,10	3,8
Rio Grande do Sul	19.980.875,08	10.462.483,83	4.077.465,85	5.155.080,83	10.566.126,84	50.242.032,43	6,2
Rondônia	4.165.738,75	4.220.000,00	1.813.939,74	1.381.495,07	2.950.906,57	14.532.080,13	1,8
Roraima	3.670.499,50	5.632.640,89	2.435.409,74	1.069.465,86	1.624.656,28	14.432.672,27	1,8
Santa Catarina	7.251.672,00	3.028.535,05	1.646.605,60	1.877.805,40	2.473.900,02	16.278.518,07	2,0
São Paulo	30.000.000,00	32.824.750,50	19.340.000,00	26.367.242,96	27.298.148,47	135.830.141,93	16,7
Sergipe	3.840.485,00	1.659.372,54	1.362.565,45	1.097.385,30	2.260.764,72	10.220.573,01	1,3
Tocantins	2.361.609,00	3.164.154,07	1.687.330,43	1.274.106,15	2.917.971,73	11.405.171,38	1,4

Fonte: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

**TABELA 11 · Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados aos municípios, por meio de convênio
Unidades da Federação – 2003-2007**

Unidades da Federação	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Total	10.132.000,00	25.385.880,96	19.979.058,37	13.422.614,25	42.363.550,32	111.283.103,90
Acre	-	-	349.657,60	-	-	349.657,60
Alagoas	-	762.102,00	-	-	669.468,50	1.431.570,50
Amapá	-	593.763,25	-	-	400.000,00	993.763,25
Amazonas	-	-	467.000,00	-	1.299.999,90	1.766.999,90
Bahia	-	336.239,10	-	245.807,35	867.046,68	1.449.093,13
Ceará	-	-	631.228,77	176.260,34	3.933.487,01	4.740.976,12
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	-	306.329,90	621.030,19	-	720.950,00	1.648.310,09
Goiás	-	762.285,01	443.700,00	-	189.219,10	1.395.204,11
Maranhão	-	722.547,00	-	82.647,94	1.139.005,80	1.944.200,74
Mato Grosso	-	-	300.661,38	-	-	300.661,38
Mato Grosso do Sul	-	-	317.132,00	106.227,00	-	423.359,00
Minas Gerais	-	1.927.905,06	861.393,42	1.263.838,15	2.816.807,25	6.869.943,88
Pará	-	735.589,80	230.631,30	245.751,19	1.643.575,50	2.855.547,79
Paraíba	-	-	-	305.556,75	-	305.556,75
Paraná	-	1.767.897,55	991.569,29	1.199.404,04	221.057,44	4.179.928,32
Pernambuco	-	1.823.257,92	581.345,10	1.558.004,52	2.972.484,16	6.935.091,70
Piauí	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	784.000,00	1.219.420,00	2.598.835,20	928.071,53	3.911.410,19	9.441.736,92
Rio Grande do Norte	-	528.240,90	-	132.680,00	493.859,80	1.154.780,70
Rio Grande do Sul	-	4.732.328,44	646.613,82	1.951.494,16	5.140.570,84	12.471.007,26
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	537.043,05	-	125.000,00	-	662.043,05
Santa Catarina	-	-	852.626,40	-	167.303,41	1.019.929,81
São Paulo	9.348.000,00	8.297.931,98	9.568.324,22	5.101.871,28	15.327.304,74	47.643.432,22
Sergipe	-	333.000,00	-	-	450.000,00	783.000,00
Tocantins	-	-	517.309,68	-	-	517.309,68

Fonte: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

**TABELA 12 · Despesas realizadas com a Função Segurança Pública, por Subfunções
União – 2005-2008**

União	em reais correntes			
	2005	2006	2007	2008
Policimento	499.142.587,00	591.022.984,66	1.107.526.209,75	1.024.246.000,00
Defesa Civil	197.498.746,00	223.505.060,96	502.616.410,14	898.156.000,00
Informação e Inteligência	53.666.883,00	67.309.775,66	130.644.571,37	90.928.000,00
Demais Subfunções ⁽¹⁾	2.267.742.951,00	2.567.784.314,71	3.014.593.903,58	3.964.744.000,00
Total	3.018.051.167,00	3.449.622.135,99	4.755.381.094,84	5.978.074.000,00

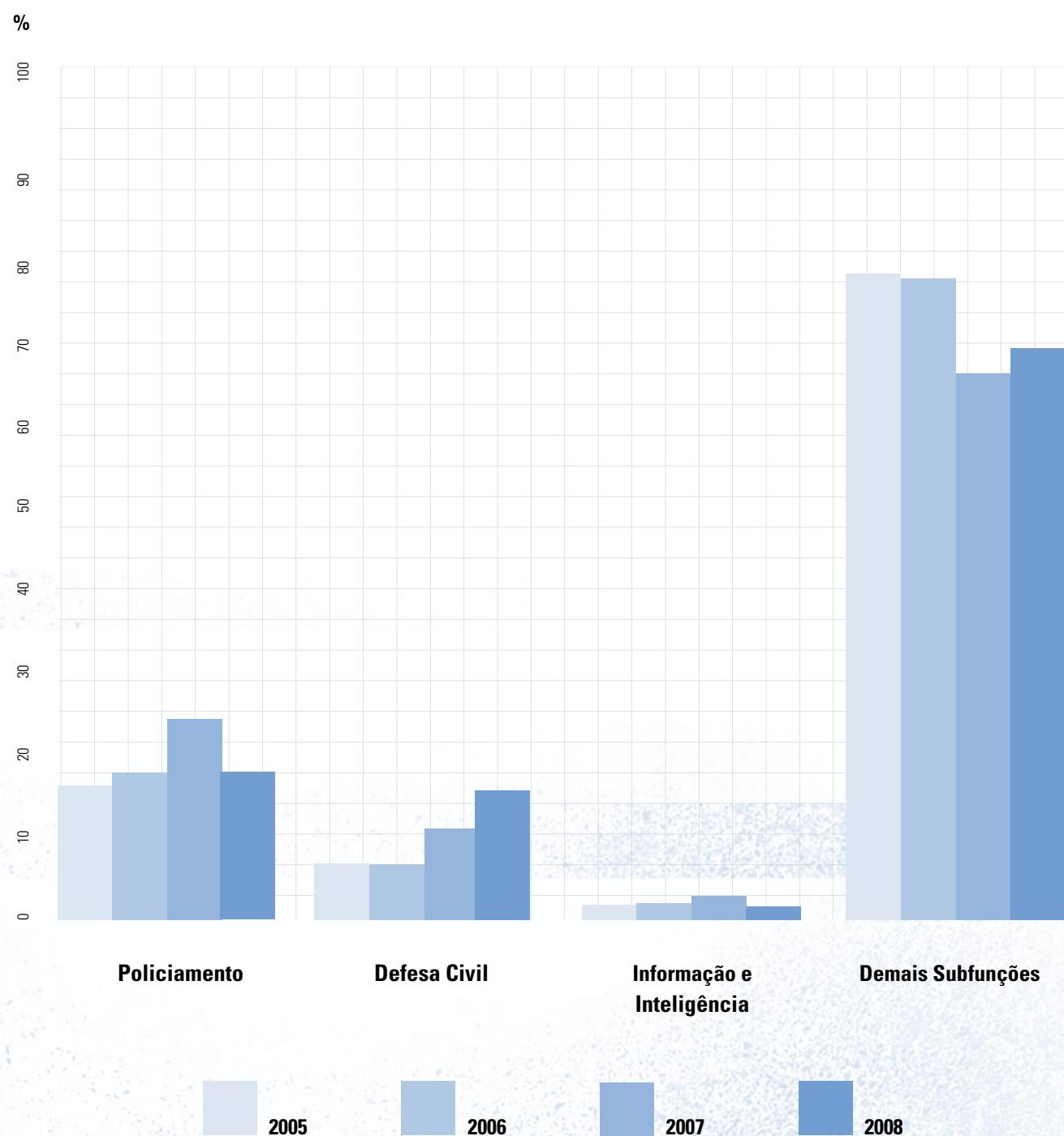
União	em porcentagem			
	2005	2006	2007	2008
Policimento	16,54	17,13	23,29	17,13
Defesa Civil	6,54	6,48	10,57	15,02
Informação e Inteligência	1,78	1,95	2,75	1,52
Demais Subfunções ⁽¹⁾	75,14	74,44	63,39	66,32
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Ministério da Justiça;

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A subfunção "421 – Custódia e Reintegração Social" está incluída nesta agregação.

GRÁFICO 1 · Distribuição das despesas realizadas com a Função Segurança Pública, por Subfunções União – 2005-2008



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A subfunção "421 – Custódia e Reintegração Social" está incluída nesta agregação.

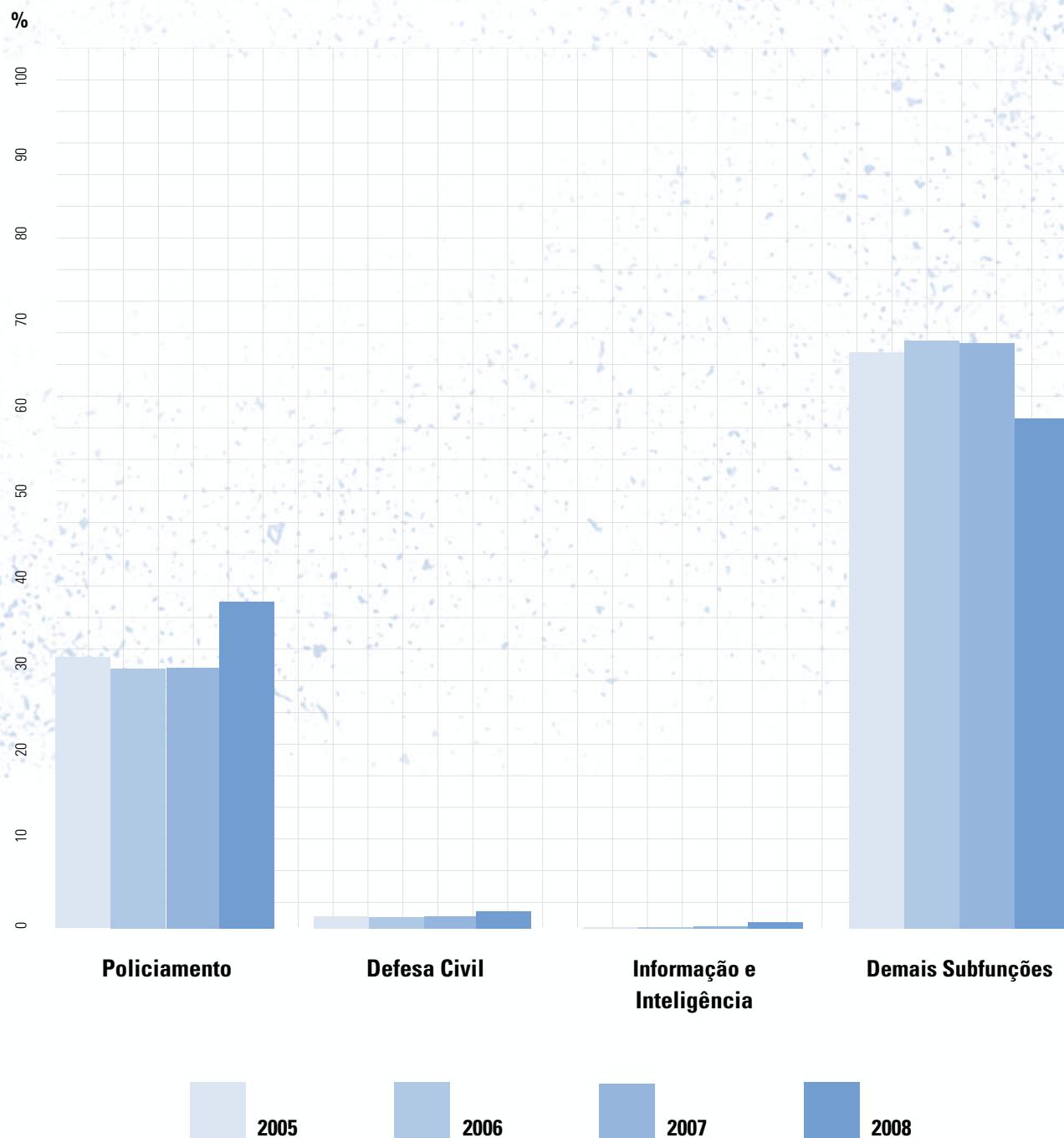
TABELA 13 · Despesas realizadas com a Função Segurança Pública, por Subfunções
 Brasil – 2005-2008

Brasil	em reais correntes			
	2005	2006	2007	2008
Policimento	7.163.518.534,10	8.260.617.506,15	9.137.018.767,87	12.743.534.494,36
Defesa Civil	331.196.450,63	350.570.024,98	418.085.315,20	670.345.643,34
Informação e Inteligência	40.817.168,19	49.270.306,06	74.392.257,51	245.463.894,48
Demais Subfunções	15.260.541.358,76	18.714.006.090,56	20.487.897.546,22	19.891.835.627,20
Total	22.796.073.511,68	27.374.463.927,75	30.117.393.886,80	33.551.179.659,38

Brasil	em porcentagem			
	2005	2006	2007	2008
Policimento	31,42	30,18	30,34	37,98
Defesa Civil	1,45	1,28	1,39	2,00
Informação e Inteligência	0,18	0,18	0,25	0,73
Demais Subfunções	66,94	68,36	68,03	59,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

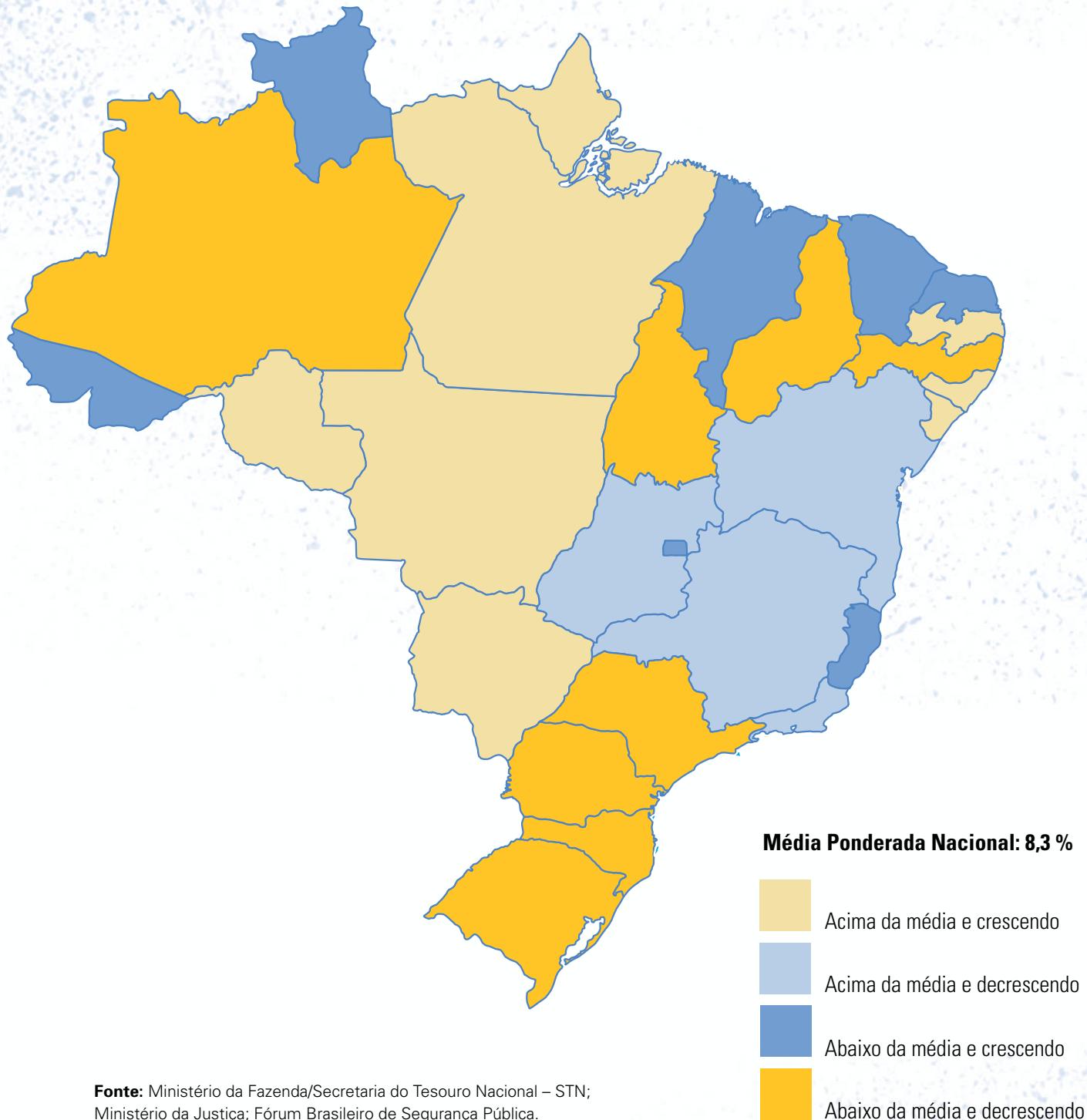
Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Ministério da Justiça;
 Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 2 · Distribuição das despesas realizadas com a Função Segurança Pública, por Subfunções
Brasil – 2005-2008



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Ministério da Justiça;
Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

MAPA 3 · Taxa de crescimento das despesas realizadas com a Função Segurança Pública no total das despesas realizadas - Média Ponderada Nacional: 8,3 % – 2006-2008



sistema prisional e sistemas de medidas socioeducativas

TABELA 14 · Presos nos Sistemas Penitenciários e sob Custódia das Polícias
Unidades da Federação – 2007-2008

Unidades da Federação	Sistema Penitenciário				Custódia das Polícias				Total					
	Ns. Absolutos		Taxas ⁽¹⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽¹⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽¹⁾			
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008		
Total	366.359⁽²⁾	381.112⁽²⁾	302,2⁽²⁾	293,0⁽²⁾		
Acre	2.403	2.945	633,1	746,7	-	-	-	-	2.403	2.945	633,1	746,7		
Alagoas	1.517	1.706	84,8	88,8	273	235	15,3	12,2	1.790	1.941	100,1	101,0		
Amapá	1.870	1.925	551,0	560,7	-	...	-	...	1.870	...	551,0	...		
Amazonas	3.116	3.507	170,2	176,4	504	496	27,5	24,9	3.620	4.003	197,8	201,3		
Bahia	8.260	8.425	96,5	87,5	5.659	5.511	66,1	57,2	13.919	13.936	162,6	144,8		
Ceará	12.186	12.676	244,6	230,7	-	...	-	...	12.186	...	244,6	...		
Distrito Federal	7.748	7.712	487,0	441,1	100	100	6,3	5,7	7.848	7.812	493,2	446,8		
Espírito Santo	5.994	6.244	262,2	259,1	2.664	2.815	116,5	116,8	8.658	9.059	378,8	375,9		
Goiás	8.807	9.109	234,8	226,3	817	1.102	21,8	27,4	9.624	10.211	256,5	253,7		
Maranhão	2.924	3.378	85,0	87,9	2.376	1.967	69,0	51,2	5.300	5.345	154,0	139,1		
Mato Grosso	9.242	10.342	515,3	525,1	-	-	-	-	9.242	10.342	515,3	525,1		
Mato Grosso do Sul	9.304	10.045	632,6	634,6	1.559	2.092	106,0	132,2	10.863	12.137	738,6	766,8		
Minas Gerais	21.553	22.947	166,9	164,9	15.801	14.365	122,4	103,2	37.354	37.312	289,3	268,1		
Pará	6.974	7.825	172,8	174,2	1.760	1.868	43,6	41,6	8.734	9.693	216,5	215,8		
Paraíba	8.104	8.633	359,3	343,5		
Paraná	20.717	21.747	301,7	293,0	8.135	12.933	118,5	174,2	28.852	34.680	420,1	467,2		
Pernambuco	18.836	18.888	352,1	322,1	-	-	-	-	18.836	18.888	352,1	322,1		
Piauí	2.634	2.244	145,9	111,4		
Rio de Janeiro	22.851	22.606	209,1	197,3	3.672	385	33,6	3,4	26.523	22.991	242,7	200,7		
Rio Grande do Norte	2.976	3.366	156,4	161,5	...	1.405	...	67,4	...	4.771	...	229,0		
Rio Grande do Sul	25.602	26.683	338,6	338,4	-	-	-	-	25.602	26.683	1.345,6	338,4		
Rondônia	5.128	5.805	551,4	606,3	13	1	1,4	0,1	5.141	5.806	552,8	606,4		
Roraima	1.301	1.435	575,3	595,7	...	9	...	3,7	...	1.444	...	599,4		
Santa Catarina	10.915	11.943	273,8	277,3	-	-	-	-	10.915	11.943	273,8	277,3		
São Paulo	141.609 ⁽³⁾	145.096 ⁽³⁾	501,4 ⁽³⁾	492,3 ⁽³⁾	11.447	13.351	40,5	45,3	153.056 ⁽³⁾	158.447 ⁽³⁾	541,9 ⁽³⁾	537,3 ⁽³⁾		
Sergipe	2.219	2.242	182,9	173,7	871	...	71,8	...	3.090	...	254,7	...		
Tocantins	1.569	1.638	200,0	201,4	363	266	46,3	32,7	1.932	1.904	246,2	234,2		

Continua

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Por 100 mil habitantes com mais de 18 anos.

(2) Não inclui as informações referentes ao regime aberto do Estado de São Paulo.

(3) Não inclui as informações referentes ao regime aberto.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Nota: Para o cálculo das taxas, foram utilizadas estimativas populacionais com mais de 18 anos. Elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais. MS/SE/Datasus.

Unidades da Federação	% de presos no Sistema Penitenciário		% de presos sob Custódia das Polícias	
	2007	2008	2007	2008
Total
Acre	100,0	100,0	-	-
Alagoas	84,7	87,9	15,3	12,1
Amapá	100,0	...	-	...
Amazonas	86,1	87,6	13,9	12,4
Bahia	59,3	60,5	40,7	39,5
Ceará	100,0	-
Distrito Federal	98,7	98,7	1,3	1,3
Espírito Santo	69,2	68,9	30,8	31,1
Goiás	91,5	89,2	8,5	10,8
Maranhão	55,2	63,2	44,8	36,8
Mato Grosso	100,0	100,0	-	-
Mato Grosso do Sul	85,6	82,8	14,4	17,2
Minas Gerais	57,7	61,5	42,3	38,5
Pará	79,8	80,7	20,2	19,3
Paraíba
Paraná	71,4	62,7	28,6	37,3
Pernambuco	100,0	100,0	-	-
Piauí
Rio de Janeiro	86,2	98,3	13,8	1,7
Rio Grande do Norte	...	70,6	...	29,4
Rio Grande do Sul	100,0	100,0	-	-
Rondônia	99,7	100,0	0,3	-
Roraima	...	99,4	...	0,6
Santa Catarina	100,0	100,0	-	-
São Paulo	92,5 ⁽³⁾	91,6 ⁽³⁾	7,5	8,4
Sergipe	71,8	...	28,2	...
Tocantins	81,2	86,0	18,8	14,0

Conclusão

TABELA 15 · Presos no Sistema Penitenciário Condenados, sob Medida de Segurança e Provisórios Unidades da Federação – 2007-2008

Unidades da Federação	Condenados								Medida de Segurança Internação		Medida de Segurança Tratamento			
	Regime Fechado		Regime Semi-Aberto		Regime Aberto		Total							
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008		
Total	157.202	164.594	58.688	60.295	19.147⁽¹⁾	21.526⁽¹⁾	235.037⁽¹⁾	291.476⁽¹⁾	3.039	3.413	721	539		
Acre	630	923	371	509	160	42	1.161	1.474	4	3	2	3		
Alagoas	272	384	270	1	13	1.039	555	1.424	32	41	-	-		
Amapá	469	491	393	412	321	402	1.183	1.305	-	-	-	-		
Amazonas	535	687	339	328	233	277	1.107	1.292	6	9	-	-		
Bahia	2.809	2.750	1.523	1.737	209	111	4.541	4.598	53	61	-	-		
Ceará	4.195	3.992	2.098	2.486	640	697	6.933	7.175	42	44	138	161		
Distrito Federal	2.608	2.881	3.451	3.094	-	-	6.059	5.975	72	64	-	-		
Espírito Santo	2.501	2.756	766	744	41	44	3.308	3.544	40	33	-	-		
Goiás	3.161	3.007	1.692	1.914	443	589	5.296	5.510	25	9	2	1		
Maranhão	799	800	576	604	74	68	1.449	1.472	3	-	1	1		
Mato Grosso	2.287	2.739	1.536	1.757	96	140	3.919	4.636	46	32	7	-		
Mato Grosso do Sul	4.124	5.058	1.900	1.535	487	815	6.511	7.408	31	14	1	26		
Minas Gerais	7.358	8.155	3.581	3.348	654	642	11.593	12.145	185	193	-	1		
Pará	2.244	2.951	225	440	87	75	2.556	3.466	39	71	-	-		
Paraíba	4.065	4.512	815	877	355	416	5.235	5.805	-	-	-	-		
Paraná	6.385	7.062	1.848	1.934	9.508	9.834	17.741	18.830	310	327	-	-		
Pernambuco	3.939	4.020	2.473	2.437	1.466	1.349	7.878	7.806	368	417	82	89		
Piauí	930	388	152	165	51	51	1.133	604	13	10	49	49		
Rio de Janeiro	11.204	10.312	4.239	4.507	458	520	15.901	15.339	7	8	-	-		
Rio Grande do Norte	990	1.255	598	598	200	222	1.788	2.075	48	49	5	5		
Rio Grande do Sul	10.681	10.686	6.372	6.926	2.126	2.338	19.179	19.950	494	845	234	13		
Rondônia	2.009	2.608	1.128	1.075	302	315	3.439	3.998	25	37	1	2		
Roraima	232	293	346	354	101	125	679	772	1	1	-	-		
Santa Catarina	3.683	3.728	2.197	2.475	1.099	1.385	6.979	7.588	99	97	-	5		
São Paulo	77.495	80.654	19.196	19.381	96.691 ⁽²⁾	145.096 ⁽²⁾	1.024	1.016	199	183		
Sergipe	886	816	369	358	-	-	1.255	1.174	62	24	-	-		
Tocantins	711	686	234	299	23	30	968	1.015	10	8	-	-		

Continua

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Não inclui as informações referentes ao regime aberto do Estado de São Paulo.

(2) Não inclui as informações referentes ao regime aberto.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Unidades da Federação	Provisórios		Total	
	2007	2008	2007	2008
	Total	127.562	130.745	366.359 ⁽¹⁾ 426.173 ⁽¹⁾
Acre	1.236	1.465	2.403	2.945
Alagoas	930	241	1.517	1.706
Amapá	687	620	1.870	1.925
Amazonas	2.003	2.206	3.116	3.507
Bahia	3.666	3.766	8.260	8.425
Ceará	5.073	5.296	12.186	12.676
Distrito Federal	1.617	1.673	7.748	7.712
Espírito Santo	2.646	2.667	5.994	6.244
Goiás	3.484	3.589	8.807	9.109
Maranhão	1.471	1.905	2.924	3.378
Mato Grosso	5.270	5.674	9.242	10.342
Mato Grosso do Sul	2.761	2.597	9.304	10.045
Minas Gerais	9.775	10.608	21.553	22.947
Pará	4.379	4.288	6.974	7.825
Paraíba	2.869	2.828	8.104	8.633
Paraná	2.666	2.590	20.717	21.747
Pernambuco	0.508	10.576	18.836	18.888
Piauí	1.439	1.581	2.634	2.244
Rio de Janeiro	6.943	7.259	22.851	22.606
Rio Grande do Norte	1.135	1.237	2.976	3.366
Rio Grande do Sul	5.695	5.875	25.602	26.683
Rondônia	1.663	1.768	5.128	5.805
Roraima	621	662	1.301	1.435
Santa Catarina	3.837	4.253	10.915	11.943
São Paulo	43.695	43.862	141.609 ⁽²⁾	190.157 ⁽²⁾
Sergipe	902	1.044	2.219	2.242
Tocantins	591	615	1.569	1.638
Conclusão				

TABELA 16 · Distribuição dos presos no Sistema Penitenciário, por situação prisionária
Unidades da Federação – 2007-2008

Unidades da Federação	em porcentagem					
	Condenados		Sob Medida de Segurança		Provisórios	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Total	64,2⁽¹⁾	68,4⁽¹⁾	1,0	0,9	34,8	30,7
Acre	48,3	50,1	0,2	0,2	51,4	49,7
Alagoas	36,6	83,5	2,1	2,4	61,3	14,1
Amapá	63,3	67,8	-	-	36,7	32,2
Amazonas	35,5	36,8	0,2	0,3	64,3	62,9
Bahia	55,0	54,6	0,6	0,7	44,4	44,7
Ceará	56,9	56,6	1,5	1,6	41,6	41,8
Distrito Federal	78,2	77,5	0,9	0,8	20,9	21,7
Espírito Santo	55,2	56,8	0,7	0,5	44,1	42,7
Goiás	60,1	60,5	0,3	0,1	39,6	39,4
Maranhão	49,6	43,6	0,1	-	50,3	56,4
Mato Grosso	42,4	44,8	0,6	0,3	57,0	54,9
Mato Grosso do Sul	70,0	73,7	0,3	0,4	29,7	25,9
Minas Gerais	53,8	52,9	0,9	0,8	45,4	46,2
Pará	36,7	44,3	0,6	0,9	62,8	54,8
Paraíba	64,6	67,2	-	-	35,4	32,8
Paraná	85,6	86,6	1,5	1,5	12,9	11,9
Pernambuco	41,8	41,3	2,4	2,7	55,8	56,0
Piauí	43,0	26,9	2,4	2,6	54,6	70,5
Rio de Janeiro	69,6	67,9	-	-	30,4	32,1
Rio Grande do Norte	60,1	61,6	1,8	1,6	38,1	36,7
Rio Grande do Sul	74,9	74,8	2,8	3,2	22,2	22,0
Rondônia	67,1	68,9	0,5	0,7	32,4	30,5
Roraima	52,2	53,8	0,1	0,1	47,7	46,1
Santa Catarina	63,9	63,5	0,9	0,9	35,2	35,6
São Paulo	68,3 ⁽²⁾	76,3 ⁽²⁾	0,9	0,7	30,9	23,0
Sergipe	56,6	52,4	2,8	1,1	40,6	46,6
Tocantins	61,7	62,0	0,6	0,5	37,7	37,5

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Não inclui as informações referentes ao regime aberto do Estado de São Paulo.

(2) Não inclui as informações referentes ao regime aberto.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 17 · Presos no Sistema Penitenciário, por sexo
Unidades da Federação – 2007-2008

Unidades da Federação	Homens				Mulheres				Total	
	2007		2008		2007		2008			
	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%	2007	2008
Total	347.325 ⁽¹⁾	94,8 ⁽¹⁾	360.850 ⁽¹⁾	94,7 ⁽¹⁾	19.034 ⁽¹⁾	5,2 ⁽¹⁾	20.262 ⁽¹⁾	5,3 ⁽¹⁾	366.359 ⁽¹⁾	381.112 ⁽¹⁾
Acre	2.279	94,8	2.784	94,5	124	5,2	161	5,5	2.403	2.945
Alagoas	1.455	95,9	1.620	95,0	62	4,1	86	5,0	1.517	1.706
Amapá	1.800	96,3	1.848	96,0	70	3,7	77	4,0	1.870	1.925
Amazonas	2.837	91,0	3.173	90,5	279	9,0	334	9,5	3.116	3.507
Bahia	7.958	96,3	8.121	96,4	302	3,7	304	3,6	8.260	8.425
Ceará	11.778	96,7	12.238	96,5	408	3,3	438	3,5	12.186	12.676
Distrito Federal	7.371	95,1	7.292	94,6	377	4,9	420	5,4	7.748	7.712
Espírito Santo	5.345	89,2	5.526	88,5	649	10,8	718	11,5	5.994	6.244
Goiás	8.367	95,0	8.671	95,2	440	5,0	438	4,8	8.807	9.109
Maranhão	2.826	96,6	3.287	97,3	98	3,4	91	2,7	2.924	3.378
Mato Grosso	8.546	92,5	9.427	91,2	696	7,5	915	8,8	9.242	10.342
Mato Grosso do Sul	8.319	89,4	8.968	89,3	985	10,6	1.077	10,7	9.304	10.045
Minas Gerais	20.429	94,8	21.695	94,5	1.124	5,2	1.252	5,5	21.553	22.947
Pará	6.690	95,9	7.488	95,7	284	4,1	337	4,3	6.974	7.825
Paraíba	7.833	96,7	8.312	96,3	271	3,3	321	3,7	8.104	8.633
Paraná	19.154	92,5	20.183	92,8	1.563	7,5	1.564	7,2	20.717	21.747
Pernambuco	17.927	95,2	17.922	94,9	909	4,8	966	5,1	18.836	18.888
Piauí	2.524	95,8	2.163	96,4	110	4,2	81	3,6	2.634	2.244
Rio de Janeiro	21.735	95,1	21.440	94,8	1.116	4,9	1.166	5,2	22.851	22.606
Rio Grande do Norte	2.772	93,1	3.160	93,9	204	6,9	206	6,1	2.976	3.366
Rio Grande do Sul	24.456	95,5	25.380	95,1	1.146	4,5	1.303	4,9	25.602	26.683
Rondônia	4.797	93,5	5.355	92,2	331	6,5	450	7,8	5.128	5.805
Roraima	1.185	91,1	1.301	90,7	116	8,9	134	9,3	1.301	1.435
Santa Catarina	10.230	93,7	11.093	92,9	685	6,3	850	7,1	10.915	11.943
São Paulo	135.078 ⁽²⁾	95,4 ⁽²⁾	138.702 ⁽²⁾	95,6 ⁽²⁾	6.531 ⁽²⁾	4,6 ⁽²⁾	6.394 ⁽²⁾	4,4 ⁽²⁾	141.609 ⁽²⁾	145.096 ⁽²⁾
Sergipe	2.130	96,0	2.134	95,2	89	4,0	108	4,8	2.219	2.242
Tocantins	1.504	95,9	1.567	95,7	65	4,1	71	4,3	1.569	1.6389

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Não inclui as informações referentes ao regime aberto do Estado de São Paulo.

(2) Não inclui as informações referentes ao regime aberto.

TABELA 18 · Presos no Sistema Prisional, vagas existentes e razão entre presos e vagas
Unidades da Federação – 2007-2008

Unidades da Federação	Presos		Vagas existentes		Razão presos/vagas	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Total	366.359 ⁽¹⁾	381.112 ⁽¹⁾	249.515 ⁽¹⁾	255.057 ⁽¹⁾	1,5 ⁽¹⁾	1,5 ⁽¹⁾
Acre	2.403	2.945	1.435	1.588	1,7	1,9
Alagoas	1.517	1.706	1.511	1.511	1,0	1,1
Amapá	1.870	1.925	852	948	2,2	2,0
Amazonas	3.116	3.507	2.297	2.297	1,4	1,5
Bahia	8.260	8.425	7.104	7.104	1,2	1,2
Ceará	12.186	12.676	8.089	8.101	1,5	1,6
Distrito Federal	7.748	7.712	5.935	6.235	1,3	1,2
Espírito Santo	5.994	6.244	4.464	4.112	1,3	1,5
Goiás	8.807	9.109	5.328	5.540	1,7	1,6
Maranhão	2.924	3.378	1.716	2.138	1,7	1,6
Mato Grosso	9.242	10.342	4.827	4.827	1,9	2,1
Mato Grosso do Sul	9.304	10.045	4.354	5.217	2,1	1,9
Minas Gerais	21.553	22.947	16.621	17.968	1,3	1,3
Pará	6.974	7.825	6.022	6.097	1,2	1,3
Paraíba	8.104	8.633	5.061	5.163	1,6	1,7
Paraná	20.717	21.747	11.675	12.705	1,8	1,7
Pernambuco	18.836	18.888	8.298	8.259	2,3	2,3
Piauí	2.634	2.244	2.105	2.105	1,3	1,1
Rio de Janeiro	22.851	22.606	23.162	23.466	1,0	1,0
Rio Grande do Norte	2.976	3.366	2.232	3.096	1,3	1,1
Rio Grande do Sul	25.602	26.683	13.526	17.109	1,9	1,6
Rondônia	5.128	5.805	2.575	3.176	2,0	1,8
Roraima	1.301	1.435	502	498	2,6	2,9
Santa Catarina	10.915	11.943	11.226	6.308	1,0	1,9
São Paulo	141.609 ⁽²⁾	145.096 ⁽²⁾	95.585 ⁽²⁾	96.540 ⁽²⁾	1,5 ⁽²⁾	1,5 ⁽²⁾
Sergipe	2.219	2.242	1.385	1.385	1,6	1,6
Tocantins	1.569	1.638	1.628	1.564	1,0	1,0

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Não inclui as informações referentes ao regime aberto do Estado de São Paulo.

(2) Não inclui as informações referentes ao regime aberto.

TABELA 19 · Adolescentes em conflito com a lei, por medidas socioeducativas privativas de liberdade
Unidades da Federação – 2007-2008

Unidades da Federação	Internação		Internação Provisória		Semiliberdade		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Total	11.443	11.734	3.852	3.715	1.214	1.419	16.509	16.868
Acre	155	182	98	95	28	12	281	289
Alagoas	59	48	22	21	12	11	93	80
Amapá	38	34	42	33	10	11	90	78
Amazonas	52	61	11	26	12	3	75	90
Bahia	136	165	156	123	16	2	308	290
Ceará	588	584	189	168	129	94	906	846
Distrito Federal	357	388	168	200	59	59	584	647
Espírito Santo	320	366	188	178	0	3	508	547
Goiás	238	108	54	54	12	7	304	169
Maranhão	58	55	49	39	25	18	132	112
Mato Grosso	158	167	27	35	0	0	185	202
Mato Grosso do Sul	218	219	41	46	13	53	272	318
Minas Gerais	618	634	231	265	69	82	918	981
Pará	273	278	109	92	51	30	433	400
Paraíba	228	243	88	50	3	3	319	296
Paraná	570	636	227	259	35	44	832	939
Pernambuco	894	1.027	307	266	100	90	1.301	1.383
Piauí	34	41	60	48	5	12	99	101
Rio de Janeiro	510	664	252	196	272	247	1.034	1.107
Rio Grande do Norte	155	81	36	33	36	38	227	152
Rio Grande do Sul	923	880	217	191	21	33	1.161	1.104
Rondônia	99	251	32	27	0	2	131	280
Roraima	18	16	9	7	5	5	32	28
Santa Catarina	115	181	156	205	59	89	330	475
São Paulo	4.538	4.328	995	1.011	215	422	5.748	5.761
Sergipe	73	68	56	36	13	34	142	138
Tocantins	18	29	32	11	14	15	64	55

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA. Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei 2008;

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nota: Dados referentes ao período de 12/12/2007 a 22/12/2007 e 12/12/2008 a 22/12/2008.

instituições policiais

**TABELA 20 · Efetivo das Polícias Militares, Civis e Bombeiros, por patente
Unidades da Federação – 2007**

Unidades da Federação	Polícia Militar				Polícia Civil				Corpo de Bombeiros			
	Oficiais	Praças	Total ⁽¹⁾	Nº de habitantes por policial	Delegados	Não-delegados	Total ⁽¹⁾	Nº de habitantes por policial	Oficiais	Praças	Total ⁽¹⁾	Nº de habitantes por policial
Acre	136	1.689	1.825	385,4	45	884	929	757,2	42	322	364	1.932,5
Alagoas	833	7.313	8.146	378,7	141	1.955	2.096	1.471,9	217	1.163	1.380	2.235,6
Amapá	303	2.648	2.951	215,7	74	700	774	822,6	117	656	773	823,6
Amazonas	358	6.728	7.086	478,3	171	1.254	1.425	2.378,3	75	567	642	5.278,9
Bahia	2.509	24.925	27.434	513,4	879	4.513	5.392	2.612,0	202	1.789	1.991	7.073,7
Ceará	705	12.073	12.778	652,4	254	1.810	2.064	4.038,7
Distrito Federal	1.221	13.872	15.093	161,3	400	4.860	5.260	462,7	579	5.216	5.795	420,0
Espírito Santo	691	6.160	6.851	513,8	173	1.483	1.656	2.125,4	88	643	731	4.815,0
Goiás	977	11.718	12.695	460,1	327	3.083	3.410	1.712,8	221	1.779	2.000	2.920,3
Maranhão	545	7.229	7.774	805,9	303	1.146	1.449	4.323,7	168	892	1.060	5.910,5
Mato Grosso	1.972	5.612	7.584	383,7	213	2.152	2.365	1.230,6	130,0	796,0	926,0	3.142,8
Mato Grosso do Sul	340	4.533	4.873	478,4	230	1.540	1.770	1.317,1	130	1.064	1.194	1.952,5
Minas Gerais	4.437	44.326	48.763	404,4	1.097	8.093	9.190	2.145,7	388	5.096	5.484	3.595,8
Pará ⁽²⁾	816	12.453	13.269	148,7	448	2.109	2.557	2.835,0	235	2.230	2.465	2.940,8
Paraíba	817	9.079	9.896	368,9	314	1.106	1.420	2.570,6	118	879	997	3.661,3
Paraná	1.173	14.619	15.792	665,6	175	2.649	2.824	3.722,3
Pernambuco ⁽²⁾	1.161	18.608	19.769	434,6	373	3.983	4.356	1.972,2	283	2.128	2.411	3.563,2
Piauí	583	5.008	5.591	548,3	49	224	273	11.228,8
Rio de Janeiro	3.140	34.810	37.950	414,7	528	9.265	9.793	1.607,1
Rio Grande do Norte	441	7.485	7.926	389,1	144	1.241	1.385	2.226,8
Rio Grande do Sul	1.740	20.639	22.379	495,1	364	4.565	4.929	2.248,0	168	2.335	2.503	4.426,8
Rondônia	141	1.414	1.555	1.022,5	117	348	465	3.419,4
Roraima	145	1.327	1.472	282,1	41	200	241	1.723,2
Santa Catarina	680	10.962	11.642	519,6	341	3.062	3.403	1.777,6	125	1.973	2.098	2.883,3
São Paulo	548	8.564	9.112	4.572,4
Sergipe	440	5.303	5.743	354,1	135	935	1.070	1.900,4	118	426	544	3.737,9
Tocantins	458	3.875	4.333	313,6	134	1.114	1.248	1.088,9	46	305	351	3.871,6

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Não inclui profissionais não policiais.

(2) Efetivos da Polícia Militar, coletado na SSP.

(...) Informação não disponível.

Nota: Dados referentes à pesquisa sobre Perfil Policial informada pelas Unidades da Federação.

TABELA 21 · Efetivo ativo da Polícia Federal, segundo carreiras/cargos
Brasil – 2000-2009

Carreiras/cargos	2000	2004	2008	2009
Total	9.003	11.464	13.895	12.939
Carreiras policiais	7.052	8.260	10.825	10.041
Delegado	737	1.218	1.614	1.522
Perito criminal	278	444	903	751
Escrivão	1.076	1.392	1.707	1.464
Agente	4.769	5.043	6.138	5.953
Papiloscopista	192	163	463	351
Carreiras administrativas	1.951	3.204	3.070	2.898

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Federal – DPF. Relatório Anual – 2004. Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF.

TABELA 22 · Efetivo da Polícia Militar, por faixas salariais
Unidades da Federação – 2007

Unidades da Federação	Faixas salariais (em salários mínimos)											Efetivo Total
	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 4 SM	Mais de 4 a 5 SM	Mais de 5 a 6 SM	Mais de 6 a 7 SM	Mais de 7 a 8 SM	Mais de 8 a 9 SM	Mais de 9 a 10 SM	Mais de 10 SM	
Acre	-	-	-	811	123	735	735	735	32	29	36	3.236
Alagoas	-	5	59	5.722	548	456	574	178	118	100	168	7.928
Amapá	-	-	-	2.157	234	81	109	107	-	141	119	2.948
Amazonas	3	7	14	8	1	23	1.852	2.185	615	572	1.078	6.358
Bahia	-	-	318	18.890	6.015	314	-	1.104	-	629	386	27.656
Ceará	199	601	5.803	5.443	957	167	-	-	257	142	-	13.569
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	10.754	3.746	1.108	15.608
Espírito Santo	163	20	3	46	2.318	1.113	924	549	418	370	1.368	7.292
Goiás	-	-	-	-	-	-	8.964	-	-	-	3.731	12.695
Maranhão	-	-	-	6.036	2.341	406	377	-	199	514	-	9.873
Mato Grosso	-	-	46	3.081	746	1.553	7	63	-	99	426	6.021
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2.011	1.355	-	-	-	-	1.507	4.873
Minas Gerais	-	-	3.732	10.007	21.089	4.850	515	729	883	-	1.443	43.248
Pará
Paraíba
Paraná	-	3	417	36	10.027	4.657	1.018	240	250	193	684	17.525
Pernambuco ⁽¹⁾	13.586	792	1.277	105	164	400	...	395	232	16.951
Piauí	13	17	2.830	4.628	731	287	222	150	132	63	479	9.552
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Rondônia	-	-	831	3.453	807	146	73	2	23	-	184	5.519
Roraima	-	-	-	-	685	102	46	-	-	-	3	836
Santa Catarina	-	-	-	387	4.062	3.643	1.788	526	436	155	657	11.654
São Paulo
Sergipe	-	-	-	3.729	30	299	-	-	-	42	111	4.211
Tocantins	-	204	-	1.750	1.324	70	450	-	53	116	205	4.172

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Faixa Salarial da Polícia Militar, coletado na SSP.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Nota: Dados referentes à pesquisa sobre Perfil Policial informada pelas Unidades da Federação.

TABELA 23 · Efetivo da Polícia Civil, por faixas salariais

Unidades da Federação – 2007

Unidades da Federação	Faixas salariais (em salários mínimos)											Efetivo Total
	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 4 SM	Mais de 4 a 5 SM	Mais de 5 a 6 SM	Mais de 6 a 7 SM	Mais de 7 a 8 SM	Mais de 8 a 9 SM	Mais de 9 a 10 SM	Mais de 10 SM	
Acre
Alagoas	-	-	-	962	57	943	-	-	-	-	142	2.104
Amapá	-	-	-	-	85	-	-	641	-	-	48	774
Amazonas	-	-	-	-	-	1.145	-	-	83	110	176	1.514
Bahia	-	-	-	3.891	622	-	-	-	-	-	879	5.392
Ceará	-	-	788	749	819	-	-	-	-	-	44	2.400
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.492	5.492
Espírito Santo
Goiás	-	-	-	-	-	-	1.127	1.226	733	-	327	3.413
Maranhão	-	-	-	-	-	1.146	-	-	-	-	303	1.449
Mato Grosso	-	-	-	318	753	361	-	720	-	-	213	2.365
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	711	274	276	121	-	-	229	1.611
Minas Gerais	-	-	-	3.224	3.408	-	1.441	331	-	894	774	10.072
Pará
Paraíba	-	-	370	1.039	-	-	-	-	172	-	314	1.895
Paraná
Pernambuco	-	-	-	-	4.305	-	-	-	52	94	491	4.942
Piauí
Rio de Janeiro	-	-	-	87	418	6.562	1.790	-	273	259	722	10.111
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	292	325	245	173	97	353	1.485
Rio Grande do Sul	2	-	-	175	494	839	778	-	-	1.454	1.442	5.184
Rondônia	-	-	-	-	454	-	-	1.003	-	-	246	1.703
Roraima
Santa Catarina	1	5	6	57	1.390	577	516	353	246	195	574	3.920
São Paulo
Sergipe
Tocantins	-	-	-	385	407	314	923	78	2	16	268	2.393

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Nota: Dados referentes à pesquisa sobre Perfil Policial informada pelas Unidades da Federação.

TABELA 24 · Efetivo do Corpo de Bombeiros, por faixas salariais
Unidades da Federação – 2007

Unidades da Federação	Faixas salariais (em salários mínimos)											Efetivo Total
	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 4 SM	Mais de 4 a 5 SM	Mais de 5 a 6 SM	Mais de 6 a 7 SM	Mais de 7 a 8 SM	Mais de 8 a 9 SM	Mais de 9 a 10 SM	Mais de 10 SM	
Acre	-	-	-	-	279	-	30	13	-	-	41	363
Alagoas	-	-	-	825	121	138	17	75	36	-	72	1.284
Amapá	-	-	-	1	-	472	80	55	26	14	38	686
Amazonas	-	-	254	45	220	32	16	18	16	7	24	632
Bahia	-	-	1.790	-	-	-	98	61	39	4	-	1.992
Ceará
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	15	-	2.308	1.170	2.304	5.797
Espírito Santo	-	-	-	-	286	87	73	15	65	42	160	728
Goiás	-	-	-	-	-	-	1.245	345	147	-	288	2.025
Maranhão	-	-	-	-	695	250	23	3	-	-	89	1.060
Mato Grosso	-	-	22	444	187	142	21	-	-	33	76	925
Mato Grosso do Sul	-	-	-	323	-	397	155	-	116	73	83	1.147
Minas Gerais
Pará	-	-	962	852	-	258	-	-	-	-	59	2.131
Paraíba	-	-	282	468	49	83	30	15	2	2	2	933
Paraná	-	-	-	-	1.489	603	522	50	-	-	160	2.824
Pernambuco	1	2	916	683	281	158	95	38	31	38	200	2.443
Piauí	-	-	220	18	-	15	10	-	4	-	3	270
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul	87	1.804	514	272	57	-	-	69	-	-	42	2.845
Rondônia	-	-	187	80	163	17	4	1	-	-	15	467
Roraima	-	-	-	-	95	13	19	46	17	4	47	241
Santa Catarina	-	-	1	92	393	745	329	125	149	71	205	2.110
São Paulo	-	-	-	4.620	3.944	-	-	-	374	-	174	9.112
Sergipe	-	-	-	72	216	135	21	30	37	8	25	544
Tocantins	-	-	-	-	257	36	-	19	8	-	35	355

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Nota: Dados referentes à pesquisa sobre Perfil Policial informada pelas Unidades da Federação.

parte 2

memória

Avanços e Desafios na Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC)

Marcelo Ottoni Durante*

* Coordenador geral de pesquisa e análise da informação

Ahistória do sistema policial brasileiro no século passado foi fortemente marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Durante os períodos autoritários (1937-1945 e 1964-1985), as polícias estaduais foram submetidas ao controle federal e, portanto, não se pode falar em cooperação, mas sim em submissão dos estados às diretrizes dos governos federais. Nos períodos republicanos (1889-1930 e 1946-1964), os estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Neste contexto, a gestão das ações e políticas de segurança pública no Brasil caracterizou-se pela ausência de mecanismos institucionais de incentivo à cooperação e articulação sistêmica entre os órgãos de segurança pública (COSTA; e GROSSI, 2007).

Na década de 1990, entretanto, diante do aumento da cobrança da população brasileira por uma ação mais ativa do governo federal na área de segurança pública, o governo federal viu-se forçado a mudar esta postura. Em 1995, foi criada a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg), do Ministério da Justiça (MJ), transformada em setembro de 1997 na atual Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Em junho de 2000, foram anunciadas, pela primeira vez, as diretrizes e propostas de um Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) para o Brasil, cujo objetivo era articular ações

de repressão e prevenção da criminalidade no país. Para dar apoio financeiro ao plano foi instituído, no mesmo ano, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Por fim, desde 2003, a Senasp vem investindo esforços na implantação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

A criação do Susp teve como principal objetivo a institucionalização do sistema de segurança pública no Brasil, segundo os princípios do federalismo democrático. Tendo como pressupostos o estabelecimento e a institucionalização de um ambiente democrático de negociação e consenso sobre interesses, metas e objetivos, o Susp pautaria a construção de padrões ideais de articulação sistêmica dos órgãos de segurança pública e de condução tático-operacional dos seus profissionais, a implantação de um sistema de gestão científicamente orientado para o alcance de resultados e a promoção das ações e políticas de segurança pública orientadas pelos princípios da cidadania e dos direitos humanos.

Neste contexto, em que o governo federal assumiu, por meio da Senasp, a gestão do Susp, o grau de necessidade de um retorno dos órgãos de segurança pública para implementação ou execução de uma ação afetou diretamente o nível de autonomia da Senasp para pautar a forma e o ritmo de execução das ações de implantação do sistema. Por exem-

plo, na criação do SINESPJC, em que a coleta de estatísticas depende totalmente do encaminhamento dos dados pelos órgãos de segurança pública, a definição daquilo que pode ser realizado dependeu de uma negociação política contínua com os órgãos de segurança pública, que pautaram seu retorno em função do atendimento de seus interesses e da preservação da sua autoridade política. Esta negociação constitui um sinal de amadurecimento da democracia brasileira, pois as políticas nacionais, caso sejam criadas fora deste ambiente de discussão, dificilmente conseguem ser implementadas em sua plenitude e alcançar o status de política de Estado.

Esta caracterização político-institucional do ambiente de implantação do Susp fornece os argumentos necessários para compreendermos os avanços e desafios enfrentados, nestes últimos seis anos, no processo de implantação do SINESPJC. A responsabilidade de gerir o Susp obrigou a Senasp a se esforçar no sentido de deixar de ser apenas um banco de distribuição dos recursos do FNSP e passar a executar as tarefas concernentes ao ciclo da gestão das ações e políticas de segurança pública em âmbito nacional: fazer diagnósticos sobre a situação da segurança pública no Brasil; propor soluções adequadas para os problemas de segurança pública identificados; estruturar esforços coletivos envolvendo cada um dos responsáveis pela solução dos problemas; monitorar as ações e os resultados alcançados visando subsidiar possíveis aperfeiçoamentos nos processos de execução das ações; estruturar formas de compartilhar informações e conhecimento entre os responsáveis pela solução do problema, incluindo sociedade civil e outros órgãos públicos, de modo a viabilizar o aperfeiçoamento da execução das ações e os resultados alcançados; e criar um sistema de prestação de contas para acompanhar e cobrar, de cada responsável pela solução do problema, o seu efetivo esforço.

A criação do SINESPJC, em 2004, teve como principal objetivo garantir a produção contínua de subsídios para instrumentalizar a Senasp na execução da gestão do Susp. Foram elaborados seis módulos que se inter-relacionam dentro de uma perspectiva de gestão. Enquanto o módulo “Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública” visa colecionar informações sobre o que os órgãos fazem (ocorrências registradas, inquéritos abertos e

concluídos, ações de prevenção, veículos recuperados, etc.), o módulo “Perfil das Organizações de Segurança Pública” busca sistematizar os recursos utilizados para executar estas ações (efetivo, armas, viaturas, equipamentos de proteção, recursos financeiros, etc.) e o módulo “Fluxo do Sistema de Justiça Criminal” objetiva caracterizar a articulação entre os órgãos dentro de uma perspectiva de gestão de processo (ocorrências nas PMs, inquéritos nas PCs, denúncias no MP e pessoas julgadas no âmbito da justiça). Diante do alto sub-registro das ocorrências criminais, resultante do descrédito da polícia por parte da população brasileira, e da necessidade de avaliar os resultados das ações executadas, criou-se o módulo denominado “Pesquisa Nacional de Vitimização”. Por fim, outros dois módulos se destacam pelo fato de serem bastante focalizados: “Monitoramento da Ação Policial”, que visa subsidiar um acompanhamento das ações realizadas pelas ouvidorias e corregedorias de polícia; e “Cadastro Nacional de Mortes Violentas”, que objetiva construir um cadastro com informações de vítimas, agressores e local do crime que contribuam para aperfeiçoar as ações e os resultados alcançados.

Até o presente momento, os módulos “Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública” e “Perfil das Organizações de Segurança Pública” estão plenamente implantados. O primeiro módulo contém informações mensais de todas as polícias civis, desde 2004, e 19 polícias militares, a partir de 2006. O segundo traz mais de 1.000 questionários respondidos anualmente provenientes de 11 órgãos de segurança pública.¹ O módulo “Pesquisa Nacional de Vitimização” terá sua primeira pesquisa realizada no segundo semestre de 2009. Já o módulo “Monitoramento da Ação Policial” vem sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria Espacial de Direitos Humanos e resultou na criação de um sistema de gestão de ouvidorias que será distribuído em 2009, enquanto o módulo “Fluxo do Sistema de Justiça Criminal” encontra-se em fase inicial de execução e conta com uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Apenas o módulo “Cadastro Nacional de Mortes Violentas” ainda não teve nenhum encaminhamento para sua implantação.

Entre os esforços para criação do SINESPJC, vale ressaltar que, com o objetivo

¹ Polícia Civil, Polícia Militar, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Instituto de Medicina Legal, Corregedoria, Academia de Polícia Civil, Academia de Polícia Militar, Centros de Formação de Praças.

de padronizar os conteúdos das categorias criminais solicitadas aos órgãos de segurança pública, criou-se, pela primeira vez no Brasil, um sistema nacional de classificação de ocorrências criminais. Este sistema foi construído de forma integrada com os sistemas das Polícias Civis e das Polícias Militares, permitindo determinar, de forma clara, onde cada uma das categorias criminais presentes nos sistemas dos órgãos estaduais de segurança pública se interliga ao sistema nacional. Outro passo metodológico para criação do SINESPJC que merece atenção refere-se à definição de um conjunto mínimo de informações que devem ser sistematizadas de forma padronizada pelos sistemas de registro de ocorrências dos órgãos de segurança pública. O conteúdo de estatísticas coletadas orienta os gestores dos órgãos de segurança pública a respeito das informações às quais eles devem prestar mais atenção durante as etapas de coleta e registro de dados. Por fim, vale salientar também que, atualmente, a equipe de gestores de estatística na Senasp e nos órgãos estaduais de segurança pública reúne mais de 100 profissionais, envolvidos regularmente em atividades de capacitação e reuniões para discutir necessidades de aperfeiçoamento do sistema.

O uso das informações sistematizadas pelo SINESPJC, tanto na gestão das ações da Senasp quanto na produção de conhecimento acadêmico e notícias para a mídia, vem se expandindo de forma contínua. Atualmente,

destaca-se, por exemplo, que a distribuição dos recursos do FNSP e Pronasci para os entes federados tem como referência índices criados a partir das informações coletadas pelo sistema. Também a formulação de políticas e ações nacionais de segurança pública, como o Pronasci, Bolsa Formação e Policiamento de Fronteiras, vem fazendo uso de diagnósticos produzidos a partir das informações coletadas pelo sistema e, ainda, o estabelecimento do efetivo a ser disponibilizado por cada ente federado para a Força Nacional obedeceu a índices criados por meio das informações levantadas pelo sistema.

Cabe ainda relatar que a Senasp acabou de elaborar um Sistema Nacional de Indicadores de Desempenho, que será implantado a partir de 2010, tendo como principal fonte de informação o SINESPJC. O contínuo amadurecimento técnico do SINESPJC, nestes seus seis anos de funcionamento, contribuiu para um reconhecimento cada vez maior da importância do sistema e da sua legitimidade como fonte de informação, tanto para pautar a gestão das ações de segurança pública quanto para difundir conhecimentos sobre a situação de segurança pública no Brasil. Inúmeras teses e dissertações já foram produzidas utilizando as informações do sistema, diversas políticas e ações públicas pautaram-se pelos diagnósticos elaborados com as informações do sistema e várias reportagens já foram divulgadas pela mídia tendo como fonte suas informações.

Há cerca de 15 anos, a partir da Reforma Gerencialista, buscou-se instaurar no Brasil uma nova cultura de gestão pública, em que a preo-

cupação com a produção de resultados efetivos sobre os problemas públicos e o fortalecimento da participação da sociedade civil na avaliação dos resultados alcançados foram pontos de destaque. Este processo de mudança cultural tem alcançado resultados diferentes segundo as diversas áreas do governo, destacando-se a saúde como uma área exitosa. Alimentados pelos princípios desta reforma, a criação do Susp e, por conseguinte, do SINESPJC buscou difundir uma revolução da cultura de gestão nos órgãos de segurança pública no sentido de fortalecer uma gestão orientada por resultado e abandonar a feição burocrático-autoritária da gestão pública. Foi uma iniciativa de criar um sistema nacional de estatísticas em um ambiente que pode ser caracterizado como terra arrasada. Poucos estados possuem sistemas gerenciais consistentes envolvendo registro de ocorrências, gestão de inquéritos, gestão de recursos humanos, gestão de recursos materiais, entre outros campos administrativos, sendo que os sistemas existentes não se conversam e nem possuem formas padronizadas de registro de informações.

Encerramos esta reflexão com uma breve discussão sobre duas ações que certamente terão forte impacto no processo de gestão do SINESPJC em curto espaço de tempo. É fato documentado mundialmente que a realização de pesquisas de vitimização reduz fortemente a capacidade dos atores políticos da área de segurança pública de controlar e restringir a divulgação das estatísticas, pois essa produção sai do seu controle. Tais levantamentos cons-

tituem um mecanismo de controle externo às ações dos atores políticos da área de segurança pública. Ainda neste mesmo campo de preocupação, cabe salientar que também é fato documentado que, quando a divulgação das estatísticas pelos órgãos de segurança pública passa a ser uma obrigação legal, a preocupação dos órgãos com aquilo que será divulgado faz com que o investimento na área de estatísticas aumente significativamente, envolvendo capacitação dos recursos humanos, equipamentos e sistemas de gestão de informação. Atualmente, o esforço por criar uma obrigação da divulgação das estatísticas envolve diversos atores do governo federal: o TCU elaborou, há pouco tempo, um acórdão que recomenda à Senasp só repassar recursos para os órgãos de segurança pública que divulgam suas estatísticas para a sociedade e o Congresso Nacional também vem promovendo discussões no sentido de criar uma lei nacional que obrigue a divulgação de estatísticas.

Como foi delineado neste texto, a profissionalização da gestão em segurança pública encontra-se em um caminho sem volta. Cada vez mais, a transparência, o compromisso com resultados e a participação da sociedade no processo de gestão das ações e políticas e na avaliação dos resultados alcançados serão elementos presentes na gestão das ações de segurança pública no Brasil. Neste sentido, a profissionalização pressupõe a institucionalização de processo transparente de gestão e, para isso, o fortalecimento contínuo do SINESPJC.

parte 3

vulnerabilidade juvenil à violência

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência IVJ - Violência

Como parte integrante do projeto Juventude e Prevenção da Violência, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública desenvolveu, com o apoio metodológico da Fundação Seade, de São Paulo, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência. A proposta é reunir, num único índice, uma série de variáveis que são mobilizadas na explicação da associação e envolvimentos de jovens com a violência e organizá-las de modo a dar um retrato da situação encontrada em municípios com mais de 100 mil habitantes.

O IVJ-Violência permite, basicamente, analisar condições de vida da população jovem desses municípios, instrumentalizando os gestores de políticas de prevenção com informações capazes de aumentar a eficiência de suas ações. Assim, ao encomendar tal estudo, o Ministério da Justiça, por meio do Pronasci, visou aprofundar o conhecimento sobre o envolvimento de jovens com a violência e, consequentemente, gerar insumos para o planejamento e gestão do programa, de forma a fortalecer sua capacidade de intervenção social e mudança da realidade.

Em termos conceituais, é bastante conhecida a relação entre juventude e riscos de diferentes naturezas, decorrentes, sobretudo, do comportamento desse grupo demográfico diante das novas realidades e necessidades a que se expõe. Entre os fatores determinantes do grau de exposição dos jovens a esses riscos, ressaltam-se suas condições de vida e os

ambientes sociais em que vivem. O padrão de urbanização brasileiro e, em particular, o que presidiu as metrópoles paulistas, gerou forte segregação espacial – isto é, “a separação ou proximidade territorial entre pessoas ou famílias que pertencem ao mesmo grupo social” (SABATINI; SIERRALTA, 2006). Em sentido oposto, mas gerador de processos sociais parecidos, o modo de ocupação do território em grande parte das capitais e áreas metropolitanas do Brasil reforça a segregação, diferenciando as comunidades dos morros e o asfalto da rua, por exemplo, mesmo que componham territorialmente o mesmo domínio geográfico.

Isso faz com que as possibilidades e os riscos a que estão expostos grupos sociais segregados não decorram apenas de comportamentos individuais ou característicos de grupos demográficos, como os jovens em geral. Esses comportamentos são também influenciados pelo ambiente social em que tais grupos vivem. Mais do que isso, como observou Flores (2006), “a experiência de viver em bairros onde a pobreza está especialmente concentrada afeta as pessoas de maneira diferente, dependendo da etapa da vida em que elas se encontram”, particularmente os jovens e adolescentes, dadas as próprias características desse momento da vida: fortemente marcado pela transitoriedade, pela disposição em assumir riscos e por ser uma etapa de definição de identidades e papéis. Ressalte-se

que, com isso, não se pretende afirmar que os jovens residentes em certas áreas assumem inexoravelmente tais comportamentos, mas apenas que as probabilidades de assumi-los não são homogeneamente distribuídas no espaço urbano, variando de acordo com os locais de residência desses jovens.

Assim, com o objetivo de mensurar o nível de vulnerabilidade a que estão expostos os jovens residentes nos grandes municípios do país, e em especial naqueles selecionados como objeto de estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Ministério da Justiça, construiu-se o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-Violência) para todos os municípios brasileiros com mais de 100.000 mil habitantes.

O IVJ-Violência classifica todos os municípios brasileiros com mais de 100.000 habitantes segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição do contingente juvenil à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios de residência desses jovens e adolescentes. Isso porque tal indicador considera a violência letal fator central da exposição aos riscos sociais, mas não se restringe a ela como exclusiva variável explicativa, contemplando diferentes dimensões (educação, emprego, pobreza e desigualdade). Esse indicador torna-se uma ferramenta metodológica que possibilita sinalizar movimentos que eventualmente possam estar associados a contextos socioeconômicos e demográficos mais amplos, cujas intervenções não podem ser pensadas apenas como “caso de polícia”.

Operacionalmente, para cada uma das dimensões de análise, elegeram-se variáveis que as representasse. O número de óbitos por homicídios e por acidentes de trânsito entre jovens e adolescentes de 12 a 29 anos foi utilizado para expressar a incidência dos efeitos negativos da violência urbana entre esse segmento populacional. Para as questões relativas à escolaridade e emprego, foram calculados indicadores que expressassem a parcela de jovens e adolescentes que não frequentam escola e aqueles que se inserem de forma precária no mercado de trabalho. Analogamente, para contextualizar as condições sociais e econômicas existentes no município, utilizaram-se variáveis relativas aos níveis de renda e

escolaridade da população ali residente, bem como suas condições de moradia, expressas pela existência de assentamentos precários.

Em cada dimensão foram construídos indicadores sintéticos, expressos em escalas que variam no intervalo entre 0 (zero) e 1 (um), em que 0 representa situações de menor vulnerabilidade diante do fenômeno mensurado e 1 o maior grau. A média ponderada desses indicadores setoriais gerou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil – Violência (IVJ-Violência), para o qual quanto maior o valor do município na escala, maior o grau de exposição e, portanto, mais vulnerável sua população jovem. O Quadro 1 apresenta os componentes dos indicadores sintéticos setoriais e seus respectivos pesos na construção dos indicadores, bem como os pesos que definem o IVJ-V.

Para a dimensão violência entre os jovens, os dados utilizados são os indicadores de violência letal contra infância, adolescência e juventude, gerados pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, a partir de metodologia desenvolvida para o projeto “Índice de Homicídios de Adolescentes”, do LAV, do Observatório de Favelas, da UNICEF e da SEDH (disponíveis em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/471da5ee11f02534b6022e2a2d6a40dc.pdf>>).

Para as demais dimensões, utilizaram-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE (www.ibge.gov.br) e as projeções populacionais produzidas pelo IBGE e disponibilizadas na Internet pelo Ministério da Saúde (www.datasus.gov.br). Utilizaram-se, ainda, os dados derivados do estudo sobre assentamentos precários elaborado pelo CEM/Cebrap e Ministério das Cidades (www.centrodametropole.org.br) (MARQUES, 2008). Todas as informações referem-se a 2006, com exceção dos dados sobre assentamentos precários, que são do Censo Demográfico 2000. Por fim, para a construção do IVJ-V, realizou-se uma estimativa de indicadores municipais relativos a escolaridade, emprego e renda, utilizando-se como fontes de informações a PNAD 2006 e o Censo Demográfico 2000, a partir do procedimento estatístico denominado Structure Preserving Estimation – SPREE (RAO, 2003), em que essas duas fontes de dados são combinadas com o objetivo de se obterem informações atualizadas no nível municipal.

QUADRO I – Componentes do IVJ-V

Dimensão	Peso do Indicador
Violência entre os jovens	
Indicador de mortalidade por homicídios	-
Indicador de homicídios entre adolescentes de 12 a 18 anos (IHA)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 19 a 24 anos (IHJ1)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 25 a 29 anos (IHJ2)	0,333
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	-
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre adolescentes de 12 a 18 anos (IAA)	0,300
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre jovens de 19 a 24 anos (IAJ1)	0,300
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre jovens de 25 a 29 anos (IHJ2)	0,400
Frequência à escola e situação de emprego entre os jovens	
Indicador de frequência a escola e emprego	-
Porcentual de adolescentes de 12 a 18 anos que não frequentam escola	0,333
Porcentual de jovens de 18 a 24 anos que não estudam e não trabalham	0,333
Porcentual de jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho ⁽¹⁾	0,333
Pobreza e desigualdade no município	
Indicador de pobreza	-
Porcentual de pessoas com menos de ½ salário mínimo de renda familiar per capita ⁽²⁾	0,333
Porcentual de pessoas de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo	0,333
Porcentual de pessoas de 12 a 29 anos residentes no município	0,333
Indicador de desigualdade	-
Porcentual de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo	0,500
Porcentual de domicílios localizados em assentamentos precários ⁽³⁾	0,500
Índice de Vulnerabilidade Juvenil – Violência (IVJ-V)	
Indicador de mortalidade por homicídios	0,225
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	0,225
Indicador de frequência à escola e emprego	0,175
Indicador de pobreza	0,175
Indicador de desigualdade	0,200

Fonte: Fundação IBGE. Datasus. CEM/Cebrap. Ministério das Cidades; Fundação Seade.

(1) Considerou-se inserção precária no mercado de trabalho os jovens de 15 a 29 anos ocupados como empregados sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados e empregadores com até 5 empregados.

(2) Salários mínimos de setembro de 2006, equivalendo a R\$ 350,00.

(3) Para os municípios onde o estudo dos assentamentos precários não foi realizado, utilizaram-se as informações referentes ao número de setores censitários classificados como aglomerados subnormais segundo o Censo Demográfico 2000.

Diante do exposto, apresenta-se na sequência o quadro com os resultados obtidos para todos os municípios brasileiros investigados.

TABELA I – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência

Município	UF	Posição no Ranking	Município Pronasci		Grupo de Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IVJ-V)	Indicador de mortalidade por homicídios	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
			Sim	Não							
Itabuna	BA	1		x	Muito alta	0,577	0,637	0,456	0,567	0,551	0,678
Marabá	PA	2		x	Muito alta	0,574	0,654	0,584	0,673	0,629	0,338
Foz do Iguaçu	PR	3	x		Muito alta	0,568	0,962	0,416	0,571	0,425	0,421
Camaçari	BA	4	x		Muito alta	0,561	0,485	0,468	0,563	0,632	0,686
Governador Valadares	MG	5		x	Muito alta	0,550	0,808	0,518	0,512	0,486	0,384
Cabo de Santo Agostinho	PE	6	x		Muito alta	0,539	0,599	0,489	0,604	0,582	0,432
Jaboatão dos Guararapes	PE	7	x		Muito alta	0,516	0,790	0,278	0,560	0,463	0,484
Teixeira de Freitas	BA	8		x	Muito alta	0,516	0,504	0,651	0,635	0,634	0,172
Linhares	ES	9		x	Muito alta	0,516	0,768	0,551	0,533	0,513	0,179
Serra	ES	10	x		Muito alta	0,502	0,835	0,430	0,470	0,433	0,297
Arapiraca	AL	11		x	Alta	0,498	0,455	0,464	0,657	0,828	0,155
Ilhéus	BA	12		x	Alta	0,496	0,567	0,155	0,641	0,635	0,553
Maceió	AL	13	x		Alta	0,496	0,807	0,228	0,574	0,493	0,382
Lauro de Freitas	BA	14	x		Alta	0,494	0,543	0,306	0,551	0,499	0,598
Duque de Caxias	RJ	15	x		Alta	0,491	0,743	0,428	0,499	0,309	0,428
Cariacica	ES	16	x		Alta	0,489	0,846	0,376	0,516	0,444	0,228
Imperatriz	MA	17		x	Alta	0,487	0,514	0,431	0,599	0,646	0,283
Ananindeua	PA	18	x		Alta	0,487	0,464	0,192	0,543	0,471	0,810
Porto Velho	RO	19		x	Alta	0,483	0,469	0,448	0,545	0,457	0,509
Olinda	PE	20	x		Alta	0,483	0,729	0,283	0,522	0,393	0,479
Petrolina	PE	21		x	Alta	0,482	0,432	0,458	0,585	0,627	0,350
Recife	PE	22	x		Alta	0,481	0,735	0,245	0,475	0,375	0,558
Vitória de Santo Antão	PE	23		x	Alta	0,481	0,424	0,493	0,720	0,687	0,142
Betim	MG	24	x		Alta	0,472	0,618	0,269	0,469	0,499	0,516
Açailândia	MA	25		x	Alta	0,468	0,236	0,625	0,695	0,754	0,102
São Mateus	ES	26		x	Alta	0,467	0,363	0,657	0,569	0,566	0,196
Garanhuns	PE	27		x	Alta	0,467	0,394	0,485	0,631	0,700	0,182
Araruama	RJ	28		x	Alta	0,464	0,421	0,775	0,528	0,359	0,199
Porto Seguro	BA	29		x	Alta	0,463	0,581	0,243	0,705	0,657	0,194
Cabo Frio	RJ	30		x	Alta	0,461	0,649	0,490	0,491	0,329	0,308
Caruaru	PE	31	x		Alta	0,460	0,500	0,397	0,609	0,574	0,258
Cascavel	PR	32		x	Alta	0,459	0,375	0,730	0,437	0,420	0,302
Macaé	RJ	33	x		Alta	0,459	0,605	0,398	0,431	0,290	0,535
Belém	PA	34	x		Alta	0,458	0,307	0,222	0,501	0,408	0,901
Toledo	PR	35		x	Alta	0,458	0,281	0,880	0,401	0,438	0,251
Magé	RJ	36	x		Alta	0,458	0,516	0,458	0,516	0,367	0,419
Sobral	CE	37		x	Alta	0,458	0,230	0,458	0,602	0,663	0,407
Feira de Santana	BA	38		x	Alta	0,456	0,288	0,519	0,535	0,635	0,349
Juazeiro do Norte	CE	39	x		Alta	0,456	0,270	0,440	0,630	0,685	0,330
Macapá	AP	40		x	Alta	0,455	0,327	0,398	0,505	0,409	0,662
Japeri	RJ	41		x	Alta	0,455	0,474	0,376	0,589	0,426	0,428
Campos dos Goytacazes	RJ	42		x	Alta	0,454	0,414	0,635	0,510	0,336	0,350
Teresina	PI	43		x	Alta	0,451	0,271	0,389	0,475	0,623	0,554

Continua

TABELA I – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência

Município	UF	Posição no Ranking	Município Pronasci		Grupo de Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IJ-V)	Indicador de mortalidade por homicídios	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
			Sim	Não							
Simões Filho	BA	44	x		Média	0,449	0,450	0,188	0,548	0,615	0,512
Itaguaí	RJ	45	x		Média	0,448	0,474	0,376	0,509	0,349	0,531
Várzea Grande	MT	46		x	Média	0,447	0,414	0,527	0,514	0,482	0,303
Paço do Lumiar	MA	47		x	Média	0,446	0,117	0,139	0,631	0,561	0,901
Teófilo Otoni	MG	48		x	Média	0,445	0,504	0,314	0,560	0,642	0,252
Castanhal	PA	49		x	Média	0,444	0,395	0,433	0,589	0,569	0,276
Ibirité	MG	50	x		Média	0,444	0,543	0,320	0,487	0,525	0,363
São José de Ribamar	MA	51		x	Média	0,441	0,125	0,158	0,660	0,596	0,789
Itaboraí	RJ	52	x		Média	0,441	0,725	0,327	0,519	0,393	0,224
Cubatão	SP	53		x	Média	0,441	0,168	0,487	0,454	0,362	0,752
Araguaína	TO	54		x	Média	0,440	0,321	0,506	0,520	0,620	0,275
Juazeiro	BA	55		x	Média	0,440	0,440	0,277	0,595	0,632	0,320
Guarujá	SP	56		x	Média	0,437	0,306	0,382	0,553	0,384	0,593
Caucaia	CE	57		x	Média	0,435	0,289	0,330	0,658	0,540	0,429
Contagem	MG	58	x		Média	0,434	0,543	0,368	0,413	0,395	0,440
Manaus	AM	59		x	Média	0,433	0,272	0,328	0,465	0,379	0,751
Ji-Paraná	RO	60		x	Média	0,432	0,327	0,491	0,583	0,603	0,204
Rio Verde	GO	61		x	Média	0,431	0,413	0,541	0,525	0,469	0,214
Belford Roxo	RJ	62	x		Média	0,430	0,561	0,273	0,536	0,355	0,431
Santa Luzia	MG	63	x		Média	0,429	0,524	0,359	0,480	0,487	0,306
Rio de Janeiro	RJ	64	x		Média	0,429	0,560	0,363	0,379	0,127	0,665
Colombo	PR	65	x		Média	0,428	0,461	0,383	0,554	0,430	0,331
Cuiabá	MT	66		x	Média	0,427	0,398	0,423	0,473	0,395	0,453
São Luís	MA	67	x		Média	0,427	0,248	0,229	0,575	0,501	0,657
Fortaleza	CE	68	x		Média	0,427	0,285	0,269	0,528	0,438	0,665
Itapipoca	CE	69		x	Média	0,425	0,275	0,316	0,721	0,832	0,103
Sabará	MG	70		x	Média	0,422	0,346	0,476	0,427	0,436	0,432
Parnaíba	PI	71		x	Média	0,420	0,154	0,447	0,607	0,760	0,228
Campina Grande	PB	72		x	Média	0,418	0,352	0,326	0,533	0,509	0,417
Maricá	RJ	73		x	Média	0,417	0,474	0,376	0,483	0,274	0,466
Barreiras	BA	74		x	Média	0,417	0,091	0,583	0,602	0,623	0,253
Dourados	MS	75		x	Média	0,416	0,341	0,535	0,494	0,463	0,257
São João de Meriti	RJ	76	x		Média	0,415	0,678	0,247	0,468	0,280	0,377
Francisco Morato	SP	77		x	Média	0,413	0,316	0,262	0,515	0,476	0,550
Santa Rita	PB	78		x	Média	0,412	0,508	0,115	0,653	0,579	0,284
Rondonópolis	MT	79		x	Média	0,412	0,196	0,604	0,522	0,492	0,270
Queimados	RJ	80	x		Média	0,411	0,557	0,170	0,540	0,363	0,447
Timon	MA	81		x	Média	0,411	0,182	0,409	0,658	0,736	0,170
Nilópolis	RJ	82	x		Média	0,410	0,721	0,308	0,426	0,202	0,345
Maranguape	CE	83		x	Média	0,410	0,141	0,261	0,582	0,685	0,491
Salvador	BA	84	x		Média	0,410	0,386	0,188	0,451	0,422	0,639
Paulista	PE	85	x		Média	0,410	0,622	0,153	0,490	0,374	0,419
Ribeirão das Neves	MG	86	x		Média	0,409	0,644	0,122	0,498	0,561	0,259
São José dos Pinhais	PR	87	x		Média	0,408	0,482	0,401	0,490	0,399	0,269
Luziânia	GO	88	x		Média	0,407	0,523	0,295	0,563	0,499	0,186
João Pessoa	PB	89		x	Média	0,406	0,381	0,225	0,486	0,409	0,568
Pinhais	PR	90	x		Média	0,406	0,557	0,331	0,447	0,367	0,317

Continua

	Município	UF	Posição no Ranking	Município Pronasci		Grupo de Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IVJ-V)	Indicador de mortalidade por homicídios	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
				Sim	Não							
Camaragibe	PE	91		x		Média	0,404	0,469	0,255	0,558	0,511	0,270
Caxias	MA	92		x		Média	0,403	0,135	0,361	0,669	0,840	0,137
Franco da Rocha	SP	93		x		Média	0,403	0,313	0,424	0,523	0,426	0,357
Mossoró	RN	94		x		Média	0,402	0,221	0,437	0,617	0,542	0,253
Apucarana	PR	95		x		Média	0,401	0,116	0,737	0,510	0,400	0,248
Rio Branco	AC	96	x			Média	0,400	0,256	0,348	0,563	0,527	0,370
Vitória da Conquista	BA	97		x		Média	0,400	0,240	0,311	0,611	0,670	0,259
Vila Velha	ES	98	x			Média	0,399	0,622	0,236	0,408	0,277	0,432
São Gonçalo	RJ	99	x			Média	0,399	0,524	0,359	0,440	0,248	0,397
Itapecerica da Serra	SP	100	x			Média	0,396	0,371	0,278	0,505	0,433	0,429
Nova Iguaçu	RJ	101	x			Média	0,396	0,478	0,289	0,513	0,305	0,399
Itaituba	PA	102		x		Média	0,395	0,278	0,292	0,710	0,700	0,100
Aracaju	SE	103	x			Média	0,395	0,310	0,346	0,383	0,433	0,521
Boa Vista	RR	104		x		Média	0,394	0,181	0,418	0,555	0,472	0,396
Belo Horizonte	MG	105	x			Média	0,393	0,438	0,284	0,351	0,284	0,598
Poá	SP	106		x		Média	0,392	0,297	0,514	0,504	0,351	0,298
Vitória	ES	107	x			Média	0,391	0,637	0,180	0,364	0,222	0,525
Parauapebas	PA	108		x		Média	0,390	0,278	0,292	0,654	0,619	0,197
Itaquaquecetuba	SP	109		x		Média	0,385	0,329	0,213	0,525	0,460	0,452
Embu	SP	110	x			Média	0,384	0,319	0,326	0,513	0,432	0,367
Curitiba	PR	111	x			Média	0,384	0,388	0,304	0,379	0,233	0,605
Niterói	RJ	112	x			Média	0,384	0,421	0,379	0,337	0,066	0,666
Valparaíso de Goiás	GO	113	x			Média	0,383	0,436	0,240	0,492	0,401	0,375
Cametá	PA	114		x		Média	0,382	0,083	0,331	0,665	0,869	0,103
Crato	CE	115		x		Média	0,382	0,278	0,180	0,609	0,686	0,261
Volta Redonda	RJ	116		x		Média	0,381	0,367	0,374	0,374	0,248	0,524
Arapongas	PR	117		x		Média	0,379	0,135	0,696	0,453	0,371	0,240
Aparecida de Goiânia	GO	118	x			Média	0,378	0,418	0,341	0,471	0,483	0,203
Taboão da Serra	SP	119	x			Média	0,378	0,254	0,443	0,451	0,361	0,396
Palmas	TO	120		x		Média	0,377	0,096	0,362	0,479	0,521	0,496
Trindade	GO	121		x		Média	0,377	0,310	0,439	0,515	0,483	0,167
Maracanaú	CE	122		x		Média	0,375	0,307	0,235	0,567	0,588	0,256
Araucária	PR	123	x			Média	0,375	0,366	0,318	0,494	0,425	0,302
Nossa Senhora do Socorro	SE	124	x			Média	0,375	0,367	0,242	0,553	0,526	0,246
Guarulhos	SP	125	x			Média	0,374	0,342	0,284	0,457	0,343	0,466
São José	SC	126		x		Média	0,373	0,218	0,578	0,356	0,275	0,419
Angra dos Reis	RJ	127		x		Média	0,372	0,421	0,350	0,481	0,370	0,248
Codó	MA	128		x		Média	0,371	0,096	0,246	0,723	0,860	0,083
Itapevi	SP	129	x			Média	0,370	0,377	0,226	0,547	0,441	0,309
Guarapuava	PR	130		x		Média-baixa	0,370	0,207	0,434	0,579	0,441	0,236
Mesquita	RJ	131	x			Média-baixa	0,369	0,462	0,309	0,466	0,257	0,344
Rio Grande	RS	132		x		Média-baixa	0,369	0,155	0,453	0,526	0,345	0,397
Diadema	SP	133	x			Média-baixa	0,368	0,259	0,306	0,461	0,375	0,470
Barra do Piraí	RJ	134		x		Média-baixa	0,367	0,474	0,376	0,433	0,285	0,253
Alagoinhas	BA	135		x		Média-baixa	0,367	0,242	0,258	0,505	0,629	0,281
Ponta Grossa	PR	136		x		Média-baixa	0,366	0,153	0,489	0,478	0,345	0,388
Abaetetuba	PA	137		x		Média-baixa	0,365	0,146	0,168	0,690	0,809	0,161

Continua

TABELA I – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência

Município	UF	Posição no Ranking	Município Pronasci		Grupo de Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IJ-V)	Indicador de mortalidade por homicídios	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
			Sim	Não							
Hortolândia	SP	138		x	Média-baixa	0,364	0,255	0,383	0,488	0,388	0,334
Tatuí	SP	139		x	Média-baixa	0,363	0,168	0,551	0,519	0,342	0,252
Novo Hamburgo	RS	140	x		Média-baixa	0,361	0,237	0,429	0,445	0,325	0,382
Londrina	PR	141		x	Média-baixa	0,360	0,328	0,337	0,445	0,308	0,391
Montes Claros	MG	142		x	Média-baixa	0,360	0,144	0,244	0,484	0,557	0,452
Mauá	SP	143		x	Média-baixa	0,359	0,277	0,285	0,475	0,368	0,425
São Leopoldo	RS	144	x		Média-baixa	0,355	0,315	0,320	0,477	0,322	0,363
Bragança	PA	145		x	Média-baixa	0,355	0,081	0,189	0,694	0,826	0,143
Itajaí	SC	146		x	Média-baixa	0,355	0,211	0,547	0,405	0,302	0,303
Santana de Parnaíba	SP	147	x		Média-baixa	0,353	0,289	0,221	0,467	0,349	0,478
Campo Grande	MS	148		x	Média-baixa	0,352	0,217	0,397	0,434	0,378	0,360
Resende	RJ	149		x	Média-baixa	0,351	0,388	0,342	0,394	0,336	0,297
Suzano	SP	150		x	Média-baixa	0,351	0,286	0,275	0,518	0,393	0,327
São Vicente	SP	151		x	Média-baixa	0,351	0,192	0,347	0,490	0,290	0,466
Natal	RN	152		x	Média-baixa	0,351	0,286	0,258	0,503	0,411	0,343
Praia Grande	SP	153		x	Média-baixa	0,350	0,246	0,364	0,513	0,301	0,354
Cachoeiro de Itapemirim	ES	154		x	Média-baixa	0,349	0,182	0,479	0,509	0,376	0,226
Anápolis	GO	155		x	Média-baixa	0,348	0,139	0,476	0,472	0,405	0,281
Santarém	PA	156		x	Média-baixa	0,348	0,094	0,219	0,601	0,694	0,254
Florianópolis	SC	157		x	Média-baixa	0,346	0,191	0,470	0,333	0,197	0,524
Barueri	SP	158		x	Média-baixa	0,346	0,270	0,287	0,478	0,374	0,359
Alvorada	RS	159	x		Média-baixa	0,345	0,367	0,245	0,533	0,373	0,245
Osasco	SP	160	x		Média-baixa	0,344	0,236	0,277	0,428	0,315	0,494
Porto Alegre	RS	161	x		Média-baixa	0,342	0,283	0,247	0,424	0,161	0,602
Ipatinga	MG	162		x	Média-baixa	0,341	0,083	0,391	0,429	0,462	0,391
Goiânia	GO	163		x	Média-baixa	0,338	0,218	0,340	0,381	0,344	0,429
Jequié	BA	164		x	Média-baixa	0,337	0,077	0,273	0,581	0,672	0,195
Campo Largo	PR	165		x	Média-baixa	0,337	0,205	0,359	0,500	0,434	0,235
Santa Cruz do Sul	RS	166	x		Média-baixa	0,337	0,135	0,520	0,374	0,420	0,251
Paulo Afonso	BA	167		x	Média-baixa	0,336	0,174	0,131	0,659	0,637	0,205
Colatina	ES	168		x	Média-baixa	0,335	0,188	0,391	0,464	0,458	0,215
Sorocaba	SP	169	x		Média-baixa	0,335	0,149	0,464	0,433	0,288	0,353
Passo Fundo	RS	170	x		Média-baixa	0,334	0,238	0,324	0,440	0,328	0,368
Ferraz de Vasconcelos	SP	171	x		Média-baixa	0,334	0,265	0,191	0,535	0,417	0,325
Brasília	DF	172	x		Média-baixa	0,334	0,239	0,285	0,411	0,302	0,455
Sinop	MT	173		x	Média-baixa	0,334	0,203	0,340	0,517	0,482	0,182
São Bernardo do Campo	SP	174	x		Média-baixa	0,333	0,153	0,270	0,409	0,255	0,610
Parintins	AM	175		x	Média-baixa	0,333	0,145	0,207	0,591	0,621	0,206
Lages	SC	176		x	Média-baixa	0,332	0,076	0,467	0,467	0,337	0,346
Itu	SP	177		x	Média-baixa	0,332	0,191	0,442	0,441	0,335	0,270
Chapecó	SC	178		x	Média-baixa	0,332	0,120	0,441	0,379	0,441	0,312
Águas Lindas de Goiás	GO	179	x		Média-baixa	0,331	0,330	0,164	0,645	0,506	0,095
Jandira	SP	180	x		Média-baixa	0,331	0,247	0,346	0,466	0,414	0,219
Cotia	SP	181	x		Média-baixa	0,331	0,301	0,252	0,455	0,362	0,319
Uruguiana	RS	182		x	Média-baixa	0,331	0,204	0,324	0,580	0,357	0,242
Carapicuíba	SP	183		x	Média-baixa	0,330	0,229	0,261	0,461	0,390	0,354
Sete Lagoas	MG	184		x	Média-baixa	0,329	0,126	0,312	0,451	0,449	0,363

Continua

Município	UF	Posição no Ranking	Município Pronasci		Grupo de Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IJ-V)	Indicador de mortalidade por homicídios	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
			Sim	Não							
Ourinhos	SP	185		x	Média-baixa	0,329	0,053	0,498	0,507	0,347	0,276
Guarapari	ES	186		x	Média-baixa	0,329	0,269	0,180	0,529	0,453	0,279
Teresópolis	RJ	187	x		Média-baixa	0,329	0,106	0,245	0,431	0,350	0,564
Barretos	SP	188		x	Média-baixa	0,327	0,042	0,507	0,500	0,307	0,309
Parnamirim	RN	189		x	Média-baixa	0,326	0,113	0,215	0,613	0,454	0,330
Barra Mansa	RJ	190		x	Média-baixa	0,325	0,257	0,389	0,408	0,315	0,268
Criciúma	SC	191		x	Média-baixa	0,325	0,074	0,491	0,411	0,337	0,336
São Paulo	SP	192	x		Média-baixa	0,325	0,209	0,248	0,427	0,235	0,530
Caxias do Sul	RS	193	x		Média-baixa	0,324	0,279	0,332	0,353	0,308	0,356
Jundiaí	SP	194	x		Média-baixa	0,324	0,104	0,527	0,351	0,253	0,382
Pindamonhangaba	SP	195		x	Média-baixa	0,324	0,069	0,439	0,498	0,342	0,315
Canoas	RS	196	x		Média-baixa	0,323	0,312	0,192	0,481	0,285	0,380
Viamão	RS	197	x		Média-baixa	0,323	0,251	0,294	0,524	0,332	0,254
Palhoça	SC	198		x	Média-baixa	0,322	0,154	0,451	0,435	0,361	0,235
Atibaia	SP	199		x	Média-baixa	0,321	0,164	0,324	0,508	0,371	0,290
Mogi das Cruzes	SP	200		x	Média-baixa	0,320	0,110	0,313	0,493	0,311	0,418
Joinville	SC	201		x	Média-baixa	0,318	0,119	0,490	0,349	0,291	0,345
Itapetininga	SP	202		x	Média-baixa	0,318	0,043	0,379	0,554	0,379	0,296
Nova Friburgo	RJ	203		x	Média-baixa	0,317	0,234	0,407	0,369	0,295	0,282
Araguari	MG	204		x	Média-baixa	0,317	0,096	0,388	0,501	0,410	0,241
Sumaré	SP	205		x	Média-baixa	0,316	0,150	0,277	0,480	0,395	0,337
Cachoeirinha	RS	206	x		Média-baixa	0,315	0,291	0,217	0,470	0,286	0,343
Limeira	SP	207		x	Média-baixa	0,315	0,122	0,405	0,436	0,323	0,316
Paranaguá	PR	208		x	Média-baixa	0,313	0,084	0,368	0,544	0,350	0,274
São José dos Campos	SP	209		x	Média-baixa	0,312	0,168	0,340	0,399	0,278	0,397
Taubaté	SP	210		x	Média-baixa	0,311	0,200	0,288	0,450	0,281	0,368
Jacareí	SP	211		x	Média-baixa	0,311	0,093	0,408	0,460	0,292	0,332
Itabira	MG	212		x	Média-baixa	0,310	0,157	0,234	0,434	0,517	0,276
Piracicaba	SP	213		x	Média-baixa	0,309	0,128	0,367	0,413	0,294	0,370
Ribeirão Pires	SP	214		x	Média-baixa	0,309	0,162	0,301	0,464	0,312	0,345
Araçatuba	SP	215		x	Média-baixa	0,309	0,276	0,201	0,428	0,283	0,385
Bagé	RS	216	x		Média-baixa	0,308	0,095	0,314	0,606	0,317	0,271
Sapucaia do Sul	RS	217	x		Média-baixa	0,307	0,168	0,307	0,517	0,350	0,244
Rio Claro	SP	218	x		Média-baixa	0,307	0,122	0,434	0,386	0,269	0,337
Conselheiro Lafaiete	MG	219		x	Média-baixa	0,306	0,054	0,402	0,462	0,406	0,258
Passos	MG	220		x	Média-baixa	0,305	0,066	0,382	0,482	0,402	0,250
Campinas	SP	221	x		Média-baixa	0,305	0,140	0,255	0,388	0,225	0,544
Coronel Fabriciano	MG	222		x	Média-baixa	0,303	0,166	0,198	0,462	0,468	0,292
Santos	SP	223		x	Média-baixa	0,301	0,158	0,331	0,368	0,097	0,547
Uberlândia	MG	224		x	Média-baixa	0,301	0,160	0,289	0,385	0,364	0,342
Botucatu	SP	225		x	Baixa	0,300	0,174	0,294	0,419	0,273	0,367
Patos de Minas	MG	226		x	Baixa	0,298	0,066	0,362	0,416	0,462	0,242
Votorantim	SP	227		x	Baixa	0,298	0,132	0,361	0,433	0,363	0,236
Pelotas	RS	228		x	Baixa	0,298	0,061	0,281	0,527	0,344	0,341
Santo André	SP	229	x		Baixa	0,298	0,204	0,204	0,392	0,222	0,490
Marília	SP	230		x	Baixa	0,297	0,069	0,358	0,420	0,299	0,374
Bragança Paulista	SP	231		x	Baixa	0,296	0,060	0,398	0,446	0,320	0,296

Continua

TABELA I – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência

Município	UF	Posição no Ranking	Município Pronasci		Grupo de Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IJ-V)	Indicador de mortalidade por homicídios	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
			Sim	Não							
Birigui	SP	232		x	Baixa	0,292	0,237	0,329	0,294	0,339	0,272
Santa Maria	RS	233	x		Baixa	0,292	0,099	0,226	0,469	0,304	0,418
Jaú	SP	234		x	Baixa	0,291	0,044	0,459	0,401	0,300	0,278
Indaiatuba	SP	235		x	Baixa	0,289	0,038	0,418	0,427	0,324	0,274
Santa Bárbara d'Oeste	SP	236		x	Baixa	0,288	0,121	0,363	0,395	0,356	0,241
Valinhos	SP	237		x	Baixa	0,288	0,174	0,333	0,350	0,266	0,329
Pouso Alegre	MG	238		x	Baixa	0,287	0,081	0,346	0,388	0,370	0,293
Sertãozinho	SP	239		x	Baixa	0,286	0,044	0,395	0,402	0,402	0,232
Maringá	PR	240		x	Baixa	0,284	0,063	0,355	0,354	0,278	0,398
São José do Rio Preto	SP	241		x	Baixa	0,283	0,074	0,348	0,397	0,255	0,370
Presidente Prudente	SP	242		x	Baixa	0,283	0,036	0,339	0,416	0,289	0,378
Catanduva	SP	243		x	Baixa	0,283	0,065	0,346	0,461	0,297	0,290
Uberaba	MG	244	x		Baixa	0,281	0,151	0,263	0,357	0,329	0,339
Várzea Paulista	SP	245		x	Baixa	0,281	0,128	0,357	0,412	0,403	0,146
Salto	SP	246		x	Baixa	0,280	0,157	0,282	0,414	0,340	0,246
Guaratinguetá	SP	247		x	Baixa	0,280	0,204	0,129	0,487	0,277	0,357
Varginha	MG	248	x		Baixa	0,280	0,017	0,356	0,395	0,367	0,313
Gravataí	RS	249	x		Baixa	0,279	0,158	0,203	0,500	0,343	0,252
Blumenau	SC	250		x	Baixa	0,277	0,021	0,487	0,283	0,274	0,327
Barbacena	MG	251		x	Baixa	0,277	0,025	0,324	0,441	0,376	0,277
Ribeirão Preto	SP	252		x	Baixa	0,276	0,087	0,258	0,397	0,248	0,428
Araras	SP	253		x	Baixa	0,276	0,113	0,307	0,405	0,319	0,272
Mogi Guaçu	SP	254		x	Baixa	0,273	0,097	0,269	0,446	0,370	0,241
Araraquara	SP	255	x		Baixa	0,273	0,140	0,274	0,368	0,238	0,370
Americana	SP	256		x	Baixa	0,271	0,059	0,382	0,367	0,260	0,311
Petrópolis	RJ	257	x		Baixa	0,271	0,083	0,345	0,406	0,252	0,298
Jaraguá do Sul	SC	258		x	Baixa	0,270	0,048	0,421	0,259	0,335	0,300
Bauru	SP	259		x	Baixa	0,267	0,077	0,211	0,419	0,290	0,390
Divinópolis	MG	260		x	Baixa	0,263	0,046	0,304	0,349	0,380	0,282
Bento Gonçalves	RS	261		x	Baixa	0,257	0,087	0,304	0,333	0,325	0,268
Poços de Caldas	MG	262		x	Baixa	0,252	0,096	0,201	0,385	0,333	0,297
Juiz de Fora	MG	263		x	Baixa	0,252	0,056	0,262	0,354	0,263	0,360
Franca	SP	264		x	Baixa	0,248	0,027	0,263	0,389	0,335	0,281
São Caetano do Sul	SP	265		x	Baixa	0,239	0,146	0,210	0,287	0,090	0,466
São Carlos	SP	266		x	Baixa	0,238	0,043	0,215	0,347	0,265	0,364

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ; Sistema de Informações sobre Mortalidade SIM/DATASUS/Ministério da Saúde; Ministério da Justiça/Programa de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI/Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, ALAP. *Anais...* Caxambu, 2004.

CUNHA, J.M. et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: POBREZA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL. *Anais...* Caxambu, Abep, setembro de 2004. Disponível em:<<http://www.abep.org.br>>.

FLORES, C. Consequências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Metrópoles paulistas** – população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Unicamp, 2006.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil – IVJ 2000 (distritos do Município de São Paulo)**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ivj/index.php>>.

MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MARQUES, E. et al. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: Centro de Estudos da Metrópole / Cebrap e Secretaria Nacional de Habitação / Ministério das Cidades, 2008.

RAO, J. N. K. **Small area estimation**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Metrópoles paulistas** – população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Unicamp, 2006.

SPOZATI, A. de O. **Mapa da exclusão/inclusão Social da cidade de São Paulo**. Dinâmica social, qualidade ambiental e espaços intra-urbanos em São Paulo: uma análise sócio-espacial. NEPSAS, PUC/SP.

Esse anuário é financiado pela



Ministério
da Justiça



Os projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública recebem o apoio de

FORD FOUNDATION Open Society Institute

acesse a versão digital:

www.forumseguranca.org.br/institucional/anuario/